



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XIII Legislatura

Número: 13

I Sessão Legislativa

Horta, sexta-feira, 24 de maio de 2024

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputada Nídia Inácio e Deputado Lubélio Mendonça*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 02 minutos.

Após a chamada dos/as Srs./as Deputados/as deu-se início à votação da [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 2/XII - "Orientações de Médio Prazo 2024-2028"](#) e da [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 3/XII - "Plano Regional Anual para 2024"](#). Em votação final global, os diplomas foram aprovados por maioria.

Seguiu-se o debate e votação da [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 4/XIII – "Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2024"](#), para tal, usaram da palavra os/as Srs./as Deputados/as: Carlos Silva (*PS*), Joaquim Machado (*PSD*), Vasco Cordeiro (*PS*), José Pacheco (*CH*), António Lima (*BE*), Berto Messias (*PS*), Francisco Lima (*CH*), Nuno Barata

(*IL*), Andreia Cardoso (*PS*), Joana Pombo Tavares (*PS*), João Bruto da Costa (*PSD*), bem como os/as Srs./as Secretários/as: Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Duarte Freitas*), Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (*Mónica Seidi*), Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estêvão*), Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por maioria.

De seguida, foi votado e aprovado por unanimidade o [Relatório sobre verificação de impedimentos e incompatibilidades do Deputado Francisco Gabriel Meneses de Lima](#).

Procedeu-se ainda à [Eleição do Representante da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores na Comissão de Análise e Acompanhamento do Programa Regional de Apoio à Comunicação Social Privada](#), tendo sido eleito o Deputado Paulo Simões.

Por fim, foi colocada à votação a proposta de deliberação da Mesa que declara findo o período legislativo de maio, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

Os trabalhos terminaram às 16 horas e 11 minutos.

Presidente: Muito bom dia, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo.

Eram 10 horas e 02 minutos.

Vamos iniciar com a chamada.

Tem a palavra o Senhor Secretário.

Secretário: Obrigado, Senhor Presidente.

Muito bom dia, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Procedeu-se à chamada, à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Social Democrata (PSD)

Adolfo Nuno Gregório **Vasconcelos**

Ana Maria dos Santos Silva e **Jorge**

Carlos Henrique Lopes **Rodrigues**

Cecília Maria Soares **Estácio**

Délia Maria **Melo**

Flávio da Silva **Soares**

Francisco Manuel Raposo **Gaspar**

Jaime Luis Melo **Vieira**

João Luis **Bruto** Costa Machado **da Costa**

José António Marcos **Soares**

José Manuel Resendes **Leal**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís Miguel Teixeira **Raposo**

Luís Carlos Cota **Soares**

Nídia Manuela de Sousa Lopes **Inácio**

Paulo Rui Paiva Ferreira **Chaves**

Paulo Duarte **Gomes**

Paulo Alberto Bettencourt da **Silveira**

Paulo José da Cunha **Simões**

Rúben Filipe Rebelo **Cabral**
Sabrina Marília Coutinho **Furtado**
Maria **Salomé** Dias de **Matos**

Partido Socialista (PS)

André Filipe **Franqueira** **Rodrigues**
Andreia Martins **Cardoso** da Costa
Berto José Branco **Messias**
Carlos Emanuel Rego **Silva**
Dora Maria Coelho de Castro e Câmara Freitas **Valadão**
Gualberto Costa **Rita**
Maria **Isabel** Góis **Teixeira**
Joana Sousa **Pombo** **Tavares**
João Fernando Brum de Azevedo e **Castro**
João **Vasco** do Monte Ferreira Pereira da **Costa**
José Manuel Gregório de **Ávila**
José Gabriel Freitas **Eduardo**
José **Miguel** de Freitas **Toste**
Lubélio de Fraga **Mendonça**
Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**
Luís Miguel Vieira **Leal**
Mário José Dinis **Tomé**
Marlene Andrea Martins Oliveira **Damião** de Medeiros
Marta Ávila de **Matos**
Patrícia Maria Melo **Miranda**
Russell Michael **Sousa**
Sandra Micaela **Costa** **Dias**

Vasco Ilídio Alves Cordeiro

Chega (CH)

Francisco Gabriel Meneses de Lima

Hélia Maria Pinheiro Cardoso

José Eduardo da Cunha Pacheco

José Paulo Machado de Sousa

Olivéria de Lurdes Cabral dos Santos

Partido Popular (CDS/PP)

Catarina de Oliveira Cabeceiras

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto

Partido Popular Monárquico (PPM)

João António Mendes de Mendonça

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo Lima

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto Barata Almeida Sousa

Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente Neves

Presidente: Obrigado, Senhor Secretário.

Estão presentes 56 Senhoras e Senhores Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberto a sessão.

Pode entrar o público.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo, vamos entrar no debate e votação das propostas de decreto legislativo regional que temos estado a debater.

Para esse debate na especialidade o Governo, o grupo parlamentar do PSD e o grupo parlamentar do Partido Socialista dispõem de 30 minutos cada, o partido Chega dispõe de 14 minutos, o CDS-PP de 12 minutos, as representações parlamentares do PPM, do Bloco de Esquerda, da IL e do PAN dispõem cada de 10 minutos.

Pergunto se há inscrições nesta fase?

(Pausa)

Não havendo, vamos começar por votar na generalidade, a proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 2/XIII - Orientações de médio prazo 2024/2028:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

Os Senhores Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: Em votação na generalidade as Orientações de médio prazo 2024-2028 foram aprovadas por maioria com 23 votos a favor do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS-PP e 1 do PPM.

Contra: 23 votos do PS, 1 voto do Bloco de Esquerda.

Abstenção: 1 da IL e 1 do PAN.

Presidente: Muito obrigado, Senhora Secretária.

Vamos votar na especialidade.

Existem basicamente três propostas de alteração às orientações de médio prazo apresentadas pelo grupo parlamentar do PSD, do Chega, do CDS e pela representação parlamentar do PPM que são basicamente na página 80, na página 94 e 96, respetivamente, uma proposta de aditamento do novo domínio na intervenção do Hospital do Divino Espírito Santo, uma proposta de aditamento do novo parágrafo, no domínio da intervenção das finanças públicas e uma proposta de emenda ao parágrafo no domínio da intervenção em infraestruturas. Pergunto às Senhoras e aos Senhores Deputados se podemos votar as três propostas em conjunto?

(Pausa)

Estão à votação as três propostas apresentadas às orientações de médio prazo:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

Secretária: As propostas de aditamento foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Coloquemos então agora à votação final global da proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 2/XIII:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

Os Senhores Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: Em votação final global as orientações de médio prazo 2024-2028 foram aprovadas por maioria, com 23 votos a favor do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS, 1 do PPM.

Contra: 23 votos do PS, 1 voto do Bloco de Esquerda.

Abstenção: 1 da IL e 1 do PAN.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado.

Vamos então agora passar à proposta de Decreto Regional n.º 3/XIII, Plano Regional Anual para 2024.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Não havendo, vamos votar na generalidade esta proposta de decreto legislativo regional:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentarem;

As Senhoras e os Senhores Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentarem.

Secretária: Em votação na generalidade o Plano Regional Anual foi aprovado com maioria, com 23 votos a favor do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS, 1 do PPM.

Contra: 1 voto do Bloco de Esquerda.

Abstenção: 23 votos do PS, 1 da IL e 1 do PAN.

Presidente: Como sabem esta proposta é votada, programa a programa. Colocamos só à votação as propostas de alteração em cada programa que existem.

Os quatro primeiros programas não têm propostas de alteração. Pergunta à câmara se posso colocá-los à votação em conjunto?

(Pausa)

Não. Vamos votar um a um.

Está à votação o Programa 1:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

As Senhoras e os Senhores Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O Programa 1 colocado a votação foi aprovado por maioria, com 23 votos a favor do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS, 1 do PPM e 1 do PAN.

Contra: 1 voto do Bloco de Esquerda.

Abstenção: 23 votos do PS e 1 da IL.

Presidente: Vamos votar o Programa 2:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

As Senhoras e os Senhores Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária O Programa 2 colocado à votação foi aprovado por maioria, com 23 votos a favor do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS, 1 do PPM e 1 do PAN.

Contra: 1 voto do Bloco de Esquerda.

Abstenção: 23 votos do PS e 1 da IL.

Presidente: Vamos votar o Programa 3:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

Os Senhores Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária O Programa 3 colocado à votação foi aprovado por maioria, com 23 votos a favor do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS, 1 do PPM.

Contra: 23 votos do PS e 1 voto do Bloco de Esquerda.

Abstenção: 1 da IL e 1 do PAN.

Presidente: Está votação o Programa 4:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

As Senhoras e os Senhores Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária O Programa 4 colocado à votação foi aprovado por maioria, com 23 votos a favor do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS, 1 do PPM e 1 do PAN.

Contra: 1 voto do Bloco de Esquerda.

Abstenção: 23 votos do PS e 1 da IL.

Presidente: Passamos ao Programa 5.

Há uma proposta de alteração apresentada pelo PAN, proposta de aditamento de uma nova ação – 5.3.3, por redução da dotação previsional.

Está à votação esta proposta de alteração:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento da nova ação foi rejeitada com 23 votos do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS e 1 do PPM.

A favor com 23 votos do PS, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN.

Presidente: Vamos votar o Programa 5:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

Os Senhores Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária O Programa 5 foi aprovado por maioria, com 23 votos a favor do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS, 1 do PPM.

Contra: 23 votos do PS e 1 voto do Bloco de Esquerda.

Abstenção: 1 voto da IL e 1 do PAN.

Presidente: Passamos ao Programa 6.

Existe uma proposta de aditamento apresentada pelo PAN de criação de uma nova ação 6.2.8, por redução da dotação previsional.

Vou colocar à votação esta proposta de aditamento do PAN:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento foi rejeitada com 23 votos do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS, 1 do PPM e 1 voto da IL.

A favor com 23 votos do PS, 1 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Colocamos agora à votação a proposta de aditamento de uma nova ação 6.2.8, apresentada pelo PSD, pelo Chega, pelo CDS-PP e pelo PPM:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

Secretária: A proposta de aditamento foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento de uma nova ação 6.4.13, apresentada pelo PAN:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento foi rejeitada com 23 votos do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS, 1 do PPM e 1 da IL.

A favor com 23 votos do PS, 1 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Está a votação a proposta de aditamento de uma nova ação 6.9.21 apresentada pelo PAN:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento foi rejeitada com 23 votos do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS, 1 do PPM.

A favor com 23 votos do PS, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN.

Presidente: Coloco à votação a proposta de reforço da ação 6.13. 4, apresentada pelo PAN:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de reforço foi rejeitada com 23 votos do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS, 1 do PPM e 1 da IL.

A favor com 23 votos do PS, 1 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Votemos agora o Programa 6 com a proposta de alteração que introduzimos:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

O Senhor Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar;

O Senhor Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretária O Programa 6 foi aprovado por maioria, com 23 votos a favor do PSD, 23 do PS, 5 do Chega, 2 do CDS, 1 do PPM e 1 da IL.

Contra: 1 voto do Bloco de Esquerda.

Abstenção: 1 voto do PAN.

Presidente: Avançamos para o Programa 7.

A primeira proposta de alteração é do PAN, a criação de uma nova ação, 7.1.25 e também tem uma proposta de aditamento de uma outra nova ação, também apresentada pelo PAN, 7.1.26.

Pergunto à câmara se posso colocar à votação as duas em conjunto?

(Pausa)

Não.

Portanto, está à votação a proposta de aditamento de uma nova ação 7.1.25 apresentada pelo PAN:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

Secretária: A proposta de aditamento da nova ação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento, também apresentada pelo PAN, de uma nova ação 7.1.26:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento foi rejeitada com 23 votos do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS, 1 do PPM e 1 da IL.

A favor com 23 votos do PS, 1 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de reforço da ação 7.2.4, apresentada pelo PAN:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento foi rejeitada com 23 votos do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS, 1 do PPM e 1 da IL.

A favor com 23 votos do PS, 1 do BE e 1 do PAN.

Presidente: O PAN também propõe o reforço da ação, 7.2.32 e o aditamento da 7.2.33, 7.2.34, 7.2.35 e 7.2.36.

Pergunta à câmara se posso colocá-las à votação em conjunto?

(Pausa)

Não.

Portanto, votemos então a proposta de reforço da ação 7.2.32, apresentada pelo PAN:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

Secretária: A proposta de reforço foi aprovada por unanimidade. **Presidente:** Está à votação uma proposta de aditamento de nova ação, 7.2.33, apresentada pelo PAN:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento foi rejeitada com 23 votos do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS, 1 do PPM e 1 da IL.

A favor com 23 votos do PS, 1 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento de nova ação 7.2.34, apresentada pelo PAN:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento foi rejeitada com 23 votos do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS, 1 do PPM e 1 da IL.

A favor com 23 votos do PS, 1 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento de nova ação 7.2.35, apresentada pelo PAN:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento foi rejeitada com 23 votos do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS, 1 do PPM e 1 da IL.

A favor com 23 votos do PS, 1 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento de nova ação 7.2.36, apresentada pelo PAN:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento foi rejeitada com 23 votos do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS, 1 do PPM e 1 da IL.

A favor com 23 votos do PS, 1 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Vamos votar o Programa 7 com as duas propostas de alteração que acabamos de introduzir:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

Os Senhores Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O Programa 7 colocado à votação foi aprovado com maioria, com 23 votos do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS, 1 do PPM.

Contra: 23 votos do PS, 1 do BE.

Abstenção: 1 voto da IL e 1 do PAN.

Presidente: Passamos ao Programa 8.

Primeira e única proposta de alteração, é uma proposta de aditamento de uma nova ação 8.1.9, apresentada pelo PAN, que coloco à votação:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento foi rejeitada com 23 votos do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS, 1 do PPM e 1 da IL.

A favor com 23 votos do PS, 1 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Vamos votar o Programa 8:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

Os Senhores Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O Programa 8 colocado à votação foi aprovado com maioria, com 23 votos do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS, 1 do PPM.

Contra: 23 votos do PS, 1 do BE.

Abstenção: 1 voto da IL e 1 do PAN.

Presidente: Passamos ao programa 9.

Primeira proposta de alteração apresentada pelo PAN, a criação de uma nova ação 9. 10. 6:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento foi rejeitada com 23 votos do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS, 1 do PPM e 1 da IL.

A favor com 23 votos do PS, 1 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação, a proposta de aditamento, criação de uma nova ação, 9.14.9, apresentada pelo PAN:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento foi rejeitada com 23 votos do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS, 1 do PPM e 1 da IL.

A favor: 23 votos do PS, 1 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Vamos votar o programa 9.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

Os Senhores Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O Programa 9 colocado à votação foi aprovado com maioria, com 23 votos do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS, 1 do PPM.

Contra, 23 votos do PS e 1 do BE.

Abstenção: 1 voto da IL e 1 do PAN.

Presidente: Passamos ao programa 10.

Primeira proposta de alteração é uma proposta de reforço da ação 10.1.1, apresentada pelo PAN, que está à votação:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

Secretária: A proposta de reforço foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de reforço 10.1.1, apresentada pelo PAN:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de reforço foi rejeitada com 23 votos do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS, 1 do PPM e 1 da IL.

A favor: 23 votos do PS, 1 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Senhoras e Senhores Deputados, o PAN também propõe uma proposta de aditamento de uma nova ação: 10.2.7, 10.2.8. Posso colocá-las à votação em conjunto?

(Pausa)

Estão à votação as propostas de aditamento das novas ações 10.2.7, 10.2.8:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: As propostas de aditamento colocadas à votação foram rejeitadas com 23 votos do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS, 1 do PPM e 1 da IL.

A favor: 23 votos do PS, 1 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de reforço da ação 10.4.1, apresentada pelo PAN:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de reforço foi rejeitada com 23 votos do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS, 1 do PPM.

A favor: 23 votos do PS, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN.

Presidente: Propõe também o PAN três ações de aditamento: 10.6.6, 10.6.7 e 10.6.8. Pergunto se posso colocá-las à votação em conjunto?

(Pausa)

Estão à votação a criação das novas ações apresentadas pelo PAN, 10.6.6, 10.6.7 e 10.6.8:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: As propostas de aditamento colocadas à votação foram rejeitadas com 23 votos do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS, 1 do PPM e 1 da IL.

A favor: 23 votos do PS, 1 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Vamos votar o programa 10 com a proposta de alteração que aprovámos:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

As Senhoras e os Senhores Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O Programa 10 colocado à votação foi aprovado com maioria, com 23 votos do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS, 1 do PPM.

Abstenção: 23 votos do PS e 1 da IL.

Contra: 1 voto do BE e 1 do PAN.

Presidente: Passemos ao Programa 11.

Primeira proposta de alteração, reforço da ação 11.2.2. É apresentada pelo PAN e está à votação:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de reforço foi rejeitada com 23 votos do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS, 1 do PPM e 1 da IL.

A favor: 23 votos do PS, 1 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de reforço apresentada pelo PAN à ação 11.4.7:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de reforço foi rejeitada com 23 votos do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS, 1 do PPM e 1 da IL.

A favor: 23 votos do PS, 1 do BE e 1 do PAN.

Presidente: O PAN também propõe 2 novas ações: 11.4.9 e 11.4.10. Pergunto à câmara se posso colocá-las à votação em conjunto?

(Pausa)

Estão à votação a criação das novas ações propostas pelo PAN, 11.4.9 e 11.4.10:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: As propostas foram rejeitadas com 23 votos do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS, 1 do PPM e 1 da IL.

A favor: 23 votos do PS, 1 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de reforço da ação 11.7.7, apresentada pelo PAN:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de reforço foi rejeitada com 23 votos do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS, 1 do PPM.

A favor: 23 votos do PS, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN.

Presidente: Está a votação o Programa 11:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

Os Senhores Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O Programa 11 colocado à votação foi aprovado com maioria, com 23 votos do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS, 1 do PPM.

Contra: 23 votos do PS e 1 voto do BE.

Abstenção: 1 voto da IL e 1 do PAN.

Presidente: Votação final global da proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 3/XIII, Plano Regional Anual para 2024:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

As Senhoras e os Senhores Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O Decreto Legislativo Regional n.º 3/XIII, Plano Regional Anual para 2024 foi aprovado com maioria, com 23 votos do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS, 1 do PPM.

Contra: 1 voto do BE.

Abstenção: 23 votos do PS, 1 da IL e 1 do PAN.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, e dos Membros do Governo)

Presidente: Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Aproveito para informar que estão nas galerias a acompanhar os nossos trabalhos os alunos da turma do 6.ºA, da Escola Básica Integrada António José de Ávila, acompanhadas pelas Senhoras Professoras Sónia Oliveira, Elisa Silva e Sofia Ávila. Agradeço a vossa presença e saúdo-vos em nome desta Assembleia.

(Aplausos da Câmara)

Senhoras e Senhores Deputados, vamos continuar, passando agora ao Orçamento.

Vamos votar na generalidade a proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 4/XIII, Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2024:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

As Senhoras e os Senhores Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: Em votação na generalidade, foi aprovado com maioria, com 23 votos do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS, 1 do PPM.

Contra: 1 voto do BE.

Abstenção: 23 votos do PS, 1 da IL e 1 do PAN.

Presidente: Vamos iniciar o debate e votação na especialidade. Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Não havendo, vamos prosseguir.

Artigo 1.º:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

As Senhoras e os Senhores Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo 1.º foi aprovado com maioria, com 23 votos do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS, 1 do PPM.

Contra: 1 voto do BE.

Abstenção: 23 votos do PS, 1 da IL e 1 do PAN.

Presidente: Vamos votar o artigo 2.º do diploma:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

O Senhor Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar;

O Senhor Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo 2.º foi aprovado com maioria, com 23 votos do PSD, 23 do PS, 5 do Chega, 2 do CDS, 1 do PPM, 1 do BE e 1 do PAN.

Abstenção: 1 da IL.

Presidente: Está à votação o artigo 3.º do diploma:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

Os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

O Senhor Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo 3.º foi aprovado com maioria, com 23 votos do PSD, 23 do PS, 5 do Chega, 2 do CDS, 1 do PPM e 1 do PAN.

Contra: 1 voto do BE.

Abstenção: 1 voto da IL.

Presidente: Está à votação o artigo 4.º do diploma:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

Os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

Os Senhores Deputados que se abstém, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo 4.º foi aprovado com maioria, com 23 votos do PSD, 23 do PS, 5 do Chega, 2 do CDS, 1 do PPM.

Contra: 1 voto do BE.

Abstenção: 1 voto da IL e 1 do PAN.

Presidente: Tem a palavra o Senhor Deputado Carlos Silva.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores, Membros do Governo:

O Partido Socialista apresenta uma proposta de alteração ao orçamento com o objetivo principal, em primeiro lugar, de conferir a este Parlamento a centralidade que é tanto apregoada, mas que depois fica desvirtuada com as alterações orçamentais que são aqui realizadas e, por isso, nós pretendemos repor a redação que existia antes das alterações que foram feitas, nos últimos três anos e assim garantir a centralidade do Parlamento.

Além disso, também introduzimos um número 5, adicional e que resulta também da situação que vivemos hoje, uma vez que foi aprovada a proposta de alteração para garantir os meios adequados para que seja feita a recuperação do

hospital Divino Espírito Santo, nós entendemos que, efetivamente, essas verbas devem ser alocadas e investidas a essa recuperação do HDES e não devem servir para qualquer alteração orçamental. E é isso que propomos na alteração do n.º 5 e também, Senhor Presidente, aproveitamos para solicitar a votação separada do 1 ao n.º 4 e do n.º 5 da nossa proposta.

Muito obrigado.

Presidente: Senhor Deputado Joaquim Machado, tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhor Vice-Presidente, Senhores Membros do Governo Regional:

O PSD votará favoravelmente este n.º 5 da proposta do Partido Socialista, ainda que considerando que ela pudesse ter uma redação mais prospetiva daquilo que são as decorrências do incêndio no hospital do Divino Espírito Santo, de Ponta Delgada.

E já vou explicar porquê, mas antes, também dizer à câmara e sobretudo aos açorianos, que esta proposta não acrescenta, do ponto de vista financeiro, do ponto de vista material, nem do ponto de vista operacional, nada para aquilo que é a tarefa hercúlea de recuperar e modernizar o HDES, porque aquilo que efetivamente era preciso fazer quanto ao hospital do Divino Espírito Santo, de Ponta Delgada, foi a alteração que os partidos da coligação PSD, o CDS, o PPM e o Chega propuseram com um reforço superior a 24 milhões de euros e que nós, há instantes, aprovámos nesta casa, por unanimidade, o que significa que o Partido Socialista também se juntou com o seu voto a esta proposta que, efetivamente, vem dos partidos da coligação e do Chega.

Relativamente ao artigo que agora é agora aqui mencionado, é um artigo que não me parece que acrescente alguma coisa.

E, quando digo que podia ter uma visão mais prospetiva é porque, de facto ainda que os 24 milhões de euros sejam, efetivamente, destinados ao hospital do Divino Espírito Santo, nada garante que não seja necessário também fazer o reforço de outras ações, nomeadamente a ação 6.2.1, que é ao abrigo da qual são feitas as aquisições de equipamentos por unidades de saúde de todas as ilhas e do Centro de Oncologia dos Açores. Porque esta recuperação do HDES 10 vai ser, como todos sabemos e temos consciência disso, vai ser uma recuperação que demorará algum tempo. Felizmente, há alguma operacionalidade que está a ser recuperada muito antes do que nós julgávamos, nomeadamente já com o regresso à Região de doentes que tiveram de ser deslocados, nomeadamente para a Região Autónoma da Madeira, mas será um processo demorado que, eventualmente, implicará reforço de investimento em unidades de saúde de ilha para darem resposta àquela capacidade que, entretanto está diminuída no hospital do Divino Espírito Santo.

Dito isto, repito, como iniciei, votaremos a favor deste n.º 5 da proposta do Partido Socialista, as outras 4 votaremos contra.

Presidente: Senhor Deputado Carlos Silva, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores, Membros do Governo:

Senhoras e Senhores Deputados, nós assumimos como válida a informação que nos foi transmitida pelo Governo Regional e, portanto, se o Governo Regional entende que são necessários 24,3 milhões para garantir a recuperação do hospital Divino Espírito Santo para o ano de 2024, nós assumimos essa informação como verdadeira e válida, é exatamente por isso que fazemos a proposta de aditamento do n.º 5, para garantir que essas verbas são efetivamente investidas no hospital do Divino Espírito Santo. Se há mais informação sobre

investimentos necessários noutras unidades de saúde e que não estão vertidas no plano e orçamento, isso é informação adicional, da qual não dispomos.

Se alguém dispõe, cabe a quem dispõe de prestar os esclarecimentos necessários.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado Joaquim Machado, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhor Vice-Presidente, Senhores Membros do Governo Regional:

A informação que temos é esta, portanto, é a informação válida.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Não vale a pena fazer drama!

O Orador: Não vale a pena o Partido Socialista querer fazer uma questão à volta daquilo que é muito claro e que nós já dissemos que até votamos favoravelmente.

Agora há uma coisa, que é evidente: a previsão é esta, a execução poderá ser maior e poderá ser menor. Nós desejamos que a execução porventura até venha a ser maior. Isso significará que houve capacidade de adquirir, de realizar obra para se chegar até esse montante.

Mas, Senhor Deputado, também sabemos que a complexidade do que há para recuperar, tanto do ponto de vista físico e, sobretudo, do ponto de vista dos equipamentos, nada garante que se consiga efetivamente, nomeadamente, naquilo que diz respeito a fornecimento e, portanto, não há problema nenhum, nós vamos votar a favor, com a garantia de que aqueles 24 milhões serão efetivamente gastos no hospital de Ponta Delgada.

Quisesse Deus que nem tivéssemos que gastar um tostão, porque era sinal que nada tinha ocorrido.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra a Senhora Secretária Regional da Saúde e Segurança Social.

(*) **Secretária Regional da Saúde e Segurança Social** (*Mónica Seidi*): Muito obrigada, Senhor Presidente.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, Excelentíssimas Senhoras e Senhores Deputados, Excelentíssimo Senhor Presidente do Governo Regional, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Secretários Regionais:

Peço a palavra no debate, porque o assunto é demasiado sério para que sejam levantadas aqui qualquer tipo de dúvidas e porque me parece uma obrigação que todos os açorianos que nos ouvem sejam devidamente esclarecidos perante aquilo que está aqui em causa.

Como tive oportunidade de dizer no debate de quarta-feira passada, o valor apurado é uma primeira estimativa. Nós não estamos a falar de um incidente que ocorreu e que no dia a seguir, aparentemente, não teve consequências. Não é uma estrutura física que vai ao chão, em que se faz um orçamento e que no dia a seguir nós temos uma estimativa muito mais apurada do que aquela situação que estamos a falar neste momento.

O funcionamento de um hospital, nomeadamente o maior hospital da Região é, naturalmente, complexo. Todos os dias no HDES, como nos outros hospitais da Região, são gerados custos.

O que se está a passar de momento é que nós temos um hospital que funciona fora do hospital.

Todos os dias há custos que são gerados, que não estavam obviamente acautelados. Só para terem uma ideia: a deslocação de doentes, o valor que é

gasto num dia, provavelmente, com os doentes todos que estão fora, triplicou. E isso é algo que tem de ser acautelado.

Aquilo que é gasto com os geradores que estão a alimentar o hospital, o que foi gasto numa semana, daqui a duas semanas será muito maior e nós estamos a falar de uma situação em que não há um histórico. Portanto, vir aqui apregoar que o Governo Regional não quis partilhar o valor, não é verdade. Nós tivemos e temos de continuar a acautelar os gastos que estão a ser contabilizados de funcionamento. Temos, por exemplo, três sítios com doentes alocados, temos equipas médicas que têm de estar, permanentemente, 24 horas em três dos locais para dar a cuidados de saúde aos doentes e, obviamente, se tínhamos uma escala de prevenção em que antes havia apenas um único médico, se calhar, agora vamos ter três médicos e, portanto, tudo isso são custos que são gerados, só para terem essa ideia.

Em relação à reparação. Neste momento, como é sabido, o sistema elétrico está a ser restabelecido. Há zonas onde ainda não foi possível restabelecer a energia do hospital. Em que, por exemplo, nós não sabemos, à data de hoje, se tudo o que é equipamentos está a funcionar devidamente. Esse é um levantamento que tem de ser feito e, portanto, tudo isto vai gerar que haja uma organização diferente, até o hospital poder ter uma solução transitória que garanta cuidados de saúde aos utentes. Portanto, nesta ótica de transparência, nesta ótica de descentralizar que já era, obviamente, uma intenção deste Governo que já estava a ser colocada em prática, estamos a tentar que os cuidados de saúde, que inicialmente eram só prestados no HDES, sejam agora prestados no Centro de Saúde da Ribeira Grande, aumentando a capacidade de internamento. Onde antes funcionava a rede regional de cuidados continuados, com 24 camas, sendo que essas camas passaram agora para camas de internamento, sendo que estamos a fazer obras para aumentar a capacidade de internamento desse centro

de saúde. O serviço de urgência, que antes era uma unidade básica de urgência, é agora um serviço de urgência diferenciado, com a presença de medicina interna e de um cirurgião que faz algumas das práticas que tinha no serviço de urgência do HDES e que agora tem que ter no Centro de Saúde da Ribeira Grande. Portanto, tudo isto em saúde gera custos, não é um valor fechado. E, portanto, esta ótica de ser necessário reforçar a atividade com equipamentos, com o tipo de tarefas que os centros de saúde antes não prestavam, provavelmente teremos que investir.

Assim como teremos de ver e analisar no hospital da Horta e no hospital da ilha Terceira, hipotéticas valências que não estavam abertas, mas que possivelmente o hospital poderá ter essa resposta, teremos de investir também nesses hospitais. Agora, esse é um levantamento que está a ser feito, à data de hoje não está concluído. Para isso, foi criado um grupo de trabalho e espero que no dia 31, de forma mais detalhada e rigorosa, seja feito um apuramento de uma grande parte dos custos aqui envolvidos.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Senhora Secretária Regional.

Tem a palavra o Senhor Deputado Vasco Cordeiro.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo: Senhora Secretária Regional, Senhor Deputado Joaquim Machado, eu agradeço as vossas intervenções, porque elas contribuem para o esclarecimento, obviamente, de toda esta situação, mas as vossas intervenções até parece que

estão a ser feitas em função de uma proposta de alteração que tivesse sido apresentada pelo PS, ou por outro qualquer partido. Eu gostava de relembrar à câmara que o Partido Socialista aderiu na plenitude a uma proposta de alteração que os senhores é que fizeram.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E estamos a falar da sua agora!

O Orador: E, portanto, se agora vêm dizer: “bom, mas nessa proposta de alteração, afinal, tem que ter...” Ó senhores, mas isso tem a ver com a proposta que os senhores fizeram.

Em segundo lugar, eu gostava de dizer mais duas coisas. É importante ficar claro a forma como nós entendemos a referência aos 25 milhões de euros. Como eu tive a oportunidade de transmitir ao Senhor Presidente do Governo quando, na terça-feira passada, ele tomou a iniciativa de falar comigo, nós percebemos perfeitamente que, nesta altura do campeonato, não é possível fazer um levantamento ao cêntimo, ao euro, à centena de euros ou até ao milhar de euro e, portanto, se a recuperação custar menos, pois é compreensível que custe menos. Se a recuperação custar mais, se ela estiver, obviamente, devidamente justificada, mas isso é perfeitamente normal, eu passei por situações semelhantes, o suficiente para perceber que isso é assim e, portanto, esse não é o problema.

Gostava, porém, era de chamar a atenção para o teor da proposta de alteração que nós apresentámos. Nós não dizemos que o valor não pode ser reforçado. Não é isso que está aqui.

E vamos supor que há um valor mais baixo. Se, do ponto de vista físico, o investimento está feito, ainda bem que é o valor mais baixo.

E, portanto, a proposta não tem absolutamente problema nenhum, não impede de reforçar, não impede de gastar menos e, portanto, eu não estou a perceber

qual é o sentido da intervenção do Senhor Deputado Joaquim Machado a querer ver um problema neste número 5.

(Aparte inaudível)

O Orador: Não, não há. Está perfeitamente adequado e julgo que cumpre aquilo que é e deve ser o papel deste Parlamento ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Foi o que ele disse!

O Orador: ... no contexto, obviamente, em que esta proposta apresenta. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Da parte do Chega, com certeza que concordamos. Temos que salvaguardar esta verba e concordamos com isso, obviamente.

O que nós não concordamos, mas foi dito ontem daquela tribuna, é fazer política com os doentes e com esta calamidade que aconteceu no incêndio. Fazer política com os pobres, eu já conhecia. Fazer política com os doentes é uma novidade.

Nós temos que parar com isto e uma coisa que temos que introduzir na política, nos Açores, em Portugal, na União Europeia, no mundo é velocidade. Nós temos que começar a tomar decisões com alguma velocidade, com alguma certeza que resolva os problemas das pessoas, com alguma cautela também. Mas a cautela onde é que está? Mês de novembro! Tudo o que não der certo

daqui até novembro, tem a garantia que o Chega (e eu dou a minha palavra em nome do Chega), o Chega irá fazer uma inversão de tudo isto. É o contrato que nós temos com este Governo Regional, em nome dos açorianos, daqueles que representamos. Obviamente que numa situação destas, andar aqui à brincadeira do “visita isso e não sei quê, para depois falar mal”, eu não consigo compreender.

Vamos fazer política quando as águas estão calmas, não vamos fazer política no meio de uma agitação marítima, no meio do mar alto. Têm a minha garantia, senhores, porque eu sou um homem de palavra, não sou como alguns.

Se em novembro a coisa não resultar, Senhor Presidente do Governo, não conte connosco para nada, absolutamente nada. Se resultar, cá estamos para ir conversando e sempre estivemos aqui de porta aberta para conversar com todos. Isto aqui não há palas nos olhos. Palas nos olhos são para aqueles animais que todos conhecemos.

Vamos trabalhar isso com seriedade. Vamos dar um sinal de esperança aos açorianos. Não vamos é criar ferramentas para empatar a vida dos açorianos, pior do que já está, que é uma desgraça.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do CH)

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há inscrições ou podemos passar à votação?

(Pausa)

Vamos então votar as propostas de alteração apresentadas pelo Partido Socialista ao n.º 1, 2, 3, 4 do artigo 5.º. Posso colocar à votação em conjunto?

(Pausa)

Estão à votação as propostas de alteração apresentadas pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista aos n.º 1, 2, 3, 4 do artigo 5.º do diploma:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: As propostas de alteração colocadas à votação foram rejeitadas com 23 votos do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS e 1 do PPM.

A favor: 23 votos do PS, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN.

Presidente: Muito bem, vamos colocar à votação a proposta de aditamento do n.º 5, apresentado pelo Partido Socialista ao artigo 5.º:
As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

Secretária: A proposta de aditamento foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Senhor Deputado Carlos Silva, tinha pedido para colocar à votação o n.º 4 e o n.º...?

(* **Deputado Carlos Silva (PS):** Senhor Presidente, nós solicitamos que, da proposta que apresentámos, fosse votado separadamente.

Presidente: Então já está satisfeita a vossa pretensão?

(* **Deputado Carlos Silva (PS):** Mas agora temos que votar o artigo com a redação.

Presidente: Agora vamos votar o artigo com a proposta de aditamento que acabamos de introduzir.

(* **Deputado Carlos Silva (PS):** Solicitamos a votação número a número.

Presidente: Entendido.

Está à votação o número 1 do artigo 5.º:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: O n.º 1 do artigo 5.º foi aprovado com maioria, com 23 votos do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS e 1 do PPM.

Contra: 23 votos do PS, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação o número 2 do artigo 5.º:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: O n.º 2 do artigo 5.º foi aprovado com maioria, com 23 votos do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS e 1 do PPM.

Contra: 23 votos do PS, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação o número 3 do artigo 5.º:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: O n.º 3 do artigo 5.º foi aprovado com maioria, com 23 votos do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS e 1 do PPM.

Contra: 23 votos do PS, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação o número 4 do artigo 5.º:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: O n.º 4 do artigo 5.º foi aprovado com maioria, com 23 votos do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS e 1 do PPM.

Contra: 23 votos do PS, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação o artigo 5.º do diploma com a proposta de aditamento que introduzimos:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Senhoras e os Senhores Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O n.º 4 do artigo 5.º foi aprovado com maioria, com 23 votos do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS e 1 do PPM.

Abstenção: 23 votos do PS, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN.

Presidente: Senhoras e Senhores Deputados o artigo 6.º, 7.º, 8.º e 9.º foi alvo de propostas de alteração. Posso colocá-los à votação em conjunto?

(Pausa)

Senhor Deputado António Lima, posso?

Presidente: Estão à votação os artigos 6.º, 7.º, 8.º e 9.º do diploma:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

Secretária: Os artigos 6.º, 7.º, 8.º e 9.º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Coloco à votação a proposta de aditamento de um artigo 9-A, apresentada pelo PAN:

Senhor Deputado António Lima, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Intervenho nesta proposta de alteração da representação parlamentar do PAN, na medida em que temos uma proposta de alteração semelhante, que será votada naturalmente já de seguida e para, não só justificar o sentido de voto, mas também para apresentar essa mesma proposta de aditamento do art.º 9-A.

Tanto a proposta do PAN, como a do Bloco de Esquerda pretendem regularizar uma série de situações de precariedade na administração pública, de trabalhadores ao abrigo de programas ocupacionais, contratos a termo, falsos recibos verdes, entre outras situações atípicas de vínculos atípicos com a administração pública.

Essas situações, infelizmente, continuam a ser muito frequentes na administração pública, com trabalhadores já há vários anos em situações de precariedade muito instável e que não são admissíveis. Estes processos já sucederam no passado, inclusive já com os governos do PSD, do CDS e do PPM e julgamos nós que, o avolumar da precariedade na administração pública exige que se tomem medidas.

A proposta do PAN não é tão abrangente como a que apresentamos. A nossa proposta contempla algumas situações que entretanto foram surgindo e que fomos identificando. Nesse sentido, concordando naturalmente com a proposta que o PAN apresenta, iremos nos abster, tendo em conta que a proposta que

apresentamos tem uma abrangência superior, apelando naturalmente a que estas questões se resolvam e possam se resolver ainda este ano.

Temos um projeto de decreto legislativo regional em análise neste Parlamento, mas que por via da norma travão, a ser aprovado, só se poderá aplicar no próximo orçamento.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Presidente: Vamos votar a proposta de aditamento do artigo 9.ºA, apresentada pelo PAN:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Senhor Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento do artigo 9.º A foi rejeitada, com 23 votos do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS e 1 do PPM.

A favor: 23 votos do PS, 1 do PAN e 1 da IL.

Abstenção:, 1 voto do BE.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento do artigo 9.ºA, apresentada pelo Bloco de Esquerda:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento do artigo 9.º A, apresentada pelo Bloco de Esquerda foi rejeitada, com 23 votos do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS e 1 do PPM.

A favor: 23 votos do PS, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN.

Presidente: Senhoras e Senhores Deputados, os quatro próximos artigos não foram alvo de propostas de alteração, 10.º, 11.º, 12.º e 13.º. Posso colocá-los à votação em conjunto?

Estão a votação os artigos 10.º, 11.º, 12.º e 13.º do diploma:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

Secretária: Os artigos 10.º, 11.º, 12.º e 13.º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Está a votação a proposta de aditamento de um artigo 13.º A, apresentada pelo Bloco de Esquerda.

Senhor Deputado Carlos Silva, faça favor.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhores Membros do Governo:

Nós estamos na 3 A do Bloco, correto?

O Partido Socialista concorda com a valorização e com o aumento salarial que é proposto para os bombeiros, não é isso que está em discussão, mas obviamente que isso implica necessidades acrescidas para as associações para o financiamento. É por isso que nós não podemos votar a favor da proposta, porque isto não fica obviamente acautelado com aquilo que está aqui em discussão.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Vamos votar então esta proposta de aditamento do Bloco de Esquerda de um artigo 13º A:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

As Senhoras e os Senhores Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento do artigo 13.º A foi rejeitada, com 23 votos do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS e 1 do PPM.

A favor: 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN.

Abstenção: 23 votos do PS.

Presidente: Os dois próximos, 14.º e 15.º, não têm propostas de alteração, podem ser colocados à votação?

Estão à votação esses dois artigos:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

Secretária: Os artigos 14.º e 15.º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Em relação ao artigo 16.º. existe um conjunto de propostas de alteração apresentadas pelo Bloco de Esquerda. Pergunta à câmara se posso colocá-las à votação em conjunto?

(Pausa)

Separado.

Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda ao n.º1, do artigo 16.º:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

As Senhoras e os Senhores Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento ao n.º1, do artigo 16.º foi rejeitada, com 23 votos do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS e 1 do PPM.

A favor: 1 voto do BE e 1 da IL

Abstenção: 23 votos do PS e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda ao número 2 do artigo 16.º:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

As Senhoras e os Senhores Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento do número 2 do artigo 16.º foi rejeitada, com 23 votos do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS e 1 do PPM.

A favor: 1 voto do BE e 1 da IL.

Abstenção: 23 votos do PS e 1 do PAN.

Presidente: Votemos agora a proposta de eliminação apresentada pelo Bloco de Esquerda ao número 3 do artigo 16.º:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

As Senhoras e os Senhores Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de eliminação foi rejeitada, com 23 votos do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS e 1 do PPM.

A favor: 1 voto do BE e 1 da IL.

Abstenção: 23 votos do PS e 1 do PAN.

Presidente: Estão à votação a proposta de eliminação do número 4 do artigo 16.º, do número 5 do 16.º e do número 6 do artigo 16.º, apresentadas pelo Bloco de Esquerda:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

As Senhoras e os Senhores Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: As propostas de eliminação foram rejeitadas, com 23 votos do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS e 1 do PPM.

A favor: 1 voto do BE e 1 da IL.

Abstenção: 23 votos do PS e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda de aditamento de um artigo 16º A:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

As Senhoras e os Senhores Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento do artigo 16.º A foi rejeitada, com 23 votos do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS, 1 do PPM e 1 da IL.

A favor: 1 voto do BE e 1 do PAN.

Abstenção: 23 votos do PS.

Presidente: Senhoras e Senhores Deputados, vamos voltar um bocadinho atrás, porque não votámos o artigo 16.º, só votámos as propostas de alteração.

Está a votação o artigo 16.º do diploma:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

As Senhoras e os Senhores Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo 16.º foi aprovado por maioria, com 23 votos do PSD, 23 votos do PS, 5 do Chega, 2 do CDS, 1 do PPM e 1 do PAN.

Abstenção: 1 voto do BE e da IL.

Presidente: Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo, Senhor Presidente, vamos fazer um intervalo de 15 minutos. Regressamos às 11 horas e 45 minutos.

Eram 11 horas e 30 minutos.

Senhoras e os Senhores Deputados, vamos continuar.

Eram 11 horas e 49 minutos.

Vamos avançar para o artigo 17.º.

Está à votação o artigo 17.º do diploma:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

Secretária: O artigo 17.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O Bloco de Esquerda propõe o aditamento do artigo 17.º A e 17.º B. Pergunto à câmara se posso colocá-los à votação em conjunto?

Não posso.

Está à votação a proposta de aditamento do Bloco de Esquerda de um artigo 17º A:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

As Senhoras e os Senhores Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento do artigo 17º A foi rejeitada, com 23 votos do PSD, 23 votos do PS, 5 do Chega, 2 do CDS, 1 do PPM.

A favor: 1 voto do BE, 1 da IL e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento de um artigo 17º B apresentado pelo Bloco de Esquerda:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

As Senhoras e os Senhores Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento do artigo 17º B foi rejeitada, com 23 votos do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS, 1 do PPM.

A favor: 1 voto do BE, 1 da IL e 1 do PAN.

Abstenção: 23 votos do PS.

Presidente: Os dois próximos artigos não têm propostas de alteração. Posso colocá-los...não.

Está à votação o artigo 18.º do diploma:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

O Senhor Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo 18.º foi aprovado, com 23 votos do PSD, 23 do PS, 5 do Chega, 2 do CDS, 1 do PPM, 1 da IL e 1 do PAN.

Contra: 1 voto do BE.

Presidente: Está à votação o artigo 19.º do diploma:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

Secretária: O artigo 19.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: A Iniciativa Liberal propõe um conjunto de alterações ao artigo 20.º. Pergunto à câmara se posso colocá-las à votação em conjunto?

(Pausa)

Não posso.

Estão à votação as propostas de alteração apresentadas pela Iniciativa Liberal às alíneas a), b), c), d) e e), do artigo 20.º do diploma:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

O Senhor Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Secretária: As propostas de alteração às alínea a), b), c), d) e e), do artigo 20.º foram aprovadas, com 23 votos do PSD, 23 do PS, 5 do Chega, 2 do CDS, 1 do PPM, 1 da IL e 1 do PAN.

Contra: 1 voto do BE.

Presidente: Está a votação a proposta de aditamento do número 2, apresentado pela Iniciativa Liberal ao artigo 20.º:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

Secretária: A proposta de aditamento foi aprovada por unanimidade.

Está à votação o artigo 20.º com as propostas de alteração que acabamos de introduzir:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

Secretária: O artigo 20.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Os próximos três artigos não têm propostas de alteração, 21º 22º e 23º...

Não.

Está à votação o artigo 21.º do diploma:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

O Senhor Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo 21.º foi aprovado com maioria, com 23 votos do PSD, 23 do PS, 5 do Chega, 2 do CDS, 1 do PPM, 1 da IL e 1 do PAN.

Contra: 1 voto do BE.

Presidente: Está à votação o artigo 22.º do diploma:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

Secretária: O artigo 22.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação o artigo 23º:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

Secretária: O artigo 23.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos para o artigo 24.º, é uma proposta de alteração apresentada pelo PSD, CDS-PP, PPM e Chega:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração ao artigo 24.º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Senhor Deputado Carlos Silva, faça o favor.

(* **Deputado Carlos Silva (PS):** Nós solicitamos a votação em separado.

Presidente: Do 1 e 2?

(* **Deputado Carlos Silva (PS):** Sim, 1 e 2.

Presidente: Sim, está votação o número 1 do artigo 24.º:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

Secretária: O n.º 1 do artigo 24.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está votação o número 2 do artigo 24.º:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

As Senhoras e os Senhores Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O n.º 2 do artigo 24.º foi aprovado com 23 votos do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS, 1 do PPM, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN.

Abstenção: 23 votos do PS.

Presidente: Está à votação o artigo 24.º com a proposta de alteração que introduzimos:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

As Senhoras e os Senhores Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo 24.º foi aprovado com 23 votos do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS, 1 do PPM, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN.

Abstenção: 23 votos do PS.

Presidente: Está à votação o número 1 do artigo 25.º:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

As Senhoras e os Senhores Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O n.º 1 do artigo 25.º foi aprovado com 23 votos do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS, 1 do PPM e 1 da IL.

Contra: 1 voto do BE e 1 do PAN

Abstenção: 23 votos do PS.

Presidente: Está à votação o número 2 do artigo 25.º:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

O Senhor Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar;

O Senhor Deputado que se abstêm, faça o favor de se sentar.

Secretária: O n.º 2 do artigo 25.º foi aprovado com 23 votos do PSD, 23 do PS, 5 do Chega, 2 do CDS, 1 do PPM, 1 do BE e 1 do PAN.

Abstenção: 1 voto da IL.

Presidente: Os próximos três artigos não foram alvo de propostas de alteração 26.º, 27.º e 28.º.

Os próximos três podemos votá-los em conjunto?

(Pausa)

Estão à votação os artigos 26.º, 27.º e 28.º do diploma.
Senhor Deputado Carlos Silva, tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Senhor Presidente, nós podemos repetir a votação do artigo 25º, por favor?

Presidente: Podemos, sim senhor.

Vamos votar o artigo 25.º:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

As Senhoras e os Senhores Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo 25.º foi aprovado com 23 votos do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS, 1 do PPM.

Contra: 1 voto do BE.

Abstenção: 23 votos do PS, 1 da IL e 1 do PAN.

Presidente: Os próximos três artigos 26.º, 27.º e 28.º estão à votação. As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

Secretária: Os artigos 26.º, 27.º e 28.º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda de eliminação iluminação do número 2 do artigo 29.º :

Senhor Deputado Carlos Silva, faça favor.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O Partido Socialista relativamente a esta proposta de alienação de participações sociais e no caso em concreto da Azores Airlines, o Partido Socialista entende que a redação que aqui é proposta não configura aquele que é o entendimento do Partido Socialista.

O entendimento do Partido Socialista é que, tendo sido negociado com a Comissão Europeia a alienação de 51%, nós entendemos que não devemos ir além dessa percentagem que foi negociada, coisa que, com a redação que aqui é proposta, poderá ir até aos 85%, como já foi objeto no último processo de privatização.

É por isso que não podemos acompanhar a redação que é a proposta no número 2.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Existem duas propostas de eliminação do Bloco de Esquerda. Podem ser colocadas à votação em conjunto?

(Pausa)

Estão à votação, as propostas de eliminação apresentadas pelo Bloco de Esquerda do número 2 do artigo 29.º e do número 3, do mesmo artigo:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: As propostas de eliminação do artigo 29.º foram rejeitadas com 23 votos do PSD, 23 votos do PS, 5 do Chega, 2 do CDS, 1 do PPM, 1 da IL e 1 do PAN.

A favor: 1 voto do BE.

Presidente: Vamos votar o número 1 do artigo 29.º:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

Secretária: O número 1 do artigo 29.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação o número 2 do artigo 29.º:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

As Senhoras e os Senhores Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O n.º 2 do artigo 29.º foi aprovado com 23 votos do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS, 1 do PPM, 1 da IL e um do PAN.

Contra: 1 voto do BE.

Abstenção: 23 votos do PS.

Presidente: Está à votação o número 3 do artigo 29.º:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O número 3 do artigo 29.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação o artigo 29.º:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

As Senhoras e os Senhores Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo 29.º foi aprovado com 23 votos do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS, 1 do PPM, 1 da IL e 1 do PAN.

Contra: 1 voto do BE.

Abstenção: 23 votos do PS.

Presidente: Obrigado, Senhora Secretária.

Os três próximos artigos, posso colocá-los à votação em conjunto, 30.º, 31.º e 32.º?

(Pausa)

Estão à votação esses três artigos:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos 30.º, 31.º e 32.º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Em relação ao artigo 33.º, há uma proposta de aditamento da alínea e), apresentada pela Iniciativa Liberal. Está à votação:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de aditamento da alínea e) do artigo 33.º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação o artigo 33.º com esta proposta de alteração que acabamos de introduzir:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração do artigo 33.º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Posso votar os próximos em conjunto: 34.º, 35.º, 36.º e 37.º?

(Pausa)

Não.

Os três próximos, Senhor Deputado António Lima, pode ser?

(Pausa)

Estão à votação os artigos 34.º, 35.º, 36.º do diploma:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos 34.º, 35.º, 36.º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Está à votação o artigo 37.º:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

Os Senhores Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo 37.º foi aprovado com 23 votos do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS, 1 do PPM, 1 da IL.

Contra: 23 votos do PS.

Abstenção: 1 voto do BE e 1 do PAN.

Presidente: Podemos fazer mais um bloco: 38.º, 39.º, 40.º, 41.º, 42.º, 43.º e 44.º?

(Pausa)

Então, estão à votação os artigos 38.º, 39.º, 40.º, 41.º, 42.º e 43.º e 44.º:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos 38.º, 39.º, 40.º, 41.º, 42.º, 43.º e 44.º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Está a votação o número 1 do artigo 45.º:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: O número 1 do artigo 45.º foi aprovado com 23 votos do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS, 1 do PPM.

Contra: 23 votos do PS, 1 voto do BE, 1 da IL e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação o número 2 do artigo 45.º:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O número 2 do artigo 45.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação o artigo 45.º:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

As Senhoras e os Senhores Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo 45.º foi aprovado com 23 votos do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS, 1 do PPM.

Contra: 1 voto do BE, 1 da IL e 1 do PAN.

Abstenção: 23 votos do PS.

Presidente: Está à votação o artigo 46.º:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

O Senhor Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo 46.º foi aprovado com 23 votos do PSD, 23 do PS, 5 do Chega, 2 do CDS, 1 do PPM, 1 da IL e 1 do PAN.

Contra: 1 voto do BE.

Presidente: Senhor Deputado António Lima tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Para solicitar que no artigo 47.º possa ser votado a alínea d), do n.º 1 em separado. O resto, da minha parte, pode ser votado em conjunto, mas a alínea d), solicitava votação em separado.

Muito obrigado.

Presidente: Está à votação a alínea d), do n.º 1 do artigo 47.º:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

O Senhor Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Secretária: A alínea d), do n.º 1 do artigo 47.º foi aprovada com 23 votos do PSD, 23 do PS, 5 do Chega, 2 do CDS, 1 do PPM, 1 da IL e 1 do PAN.

Contra: 1 voto do BE.

Presidente: Senhor Deputado António Lima, posso votar o resto do artigo em conjunto?

(Pausa)

Está à votação o n.º 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11 do artigo 47.º:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo 47.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação o artigo 47.º:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

O Senhor Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar;

O Senhor Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo 47.º foi aprovado com 23 votos do PSD, 23 do PS, 5 do Chega, 2 do CDS, 1 do PPM, 1 da IL e 1 do PAN.

Abstenção: 1 voto do BE.

Presidente: Estão a votação os três próximos artigos, até ao 50.º não têm propostas de alteração, podem ser votados em conjunto?

(Pausa)

Estão à votação os artigos 48.º, 49.º e 50.º:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos 48.º, 49.º e 50.º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de eliminação do número 3 do artigo 51.º, apresentado pela Iniciativa Liberal:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de eliminação do número 3 do artigo 51.º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação o artigo 51.º:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo 51.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Os próximos artigos 52.º, 53.º, 54.º, 55.º e 56.º.
Senhor Deputado António Lima?

(*) **Deputado António Lima (BE):** Senhor Presidente, 52.º em separado.

Presidente: Então vamos votar o artigo 52.º:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

O Senhor Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar;

O Senhor Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo 52.º foi aprovado com 23 votos do PSD, 23 do PS, 5 do Chega, 2 do CDS, 1 do PPM, 1 da IL e 1 do PAN.

Abstenção: 1 voto do BE.

Presidente: Estão à votação o artigo 53º e 54.º:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos 53º e 54.º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: 55.º, 56.º, 57.º ...

Senhor Deputado Berto Messias, para usar da palavra, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Eu peço a palavra porque gostaria de ter alguns esclarecimentos da parte do Governo, enquanto proponente deste decreto legislativo regional referente ao orçamento, no que se refere em concreto ao artigo 55.º, referente ao Gabinete de Prevenção da Corrupção e da Transparência. Portanto, gostaria de saber o que é que preside e o que é que está na base desta proposta, daquilo que está referido no seu número 1 e da afetação do funcionamento deste gabinete à Presidência do Governo Regional, porque há um, digamos, novo desenho orgânico relativamente àquilo que estava em vigor, tendo em conta aquilo que é proposto agora. E há também aqui uma questão de forma, que não é possível de perceber, porque se olharmos para o número 3, faz referência e permitam-me que cite: “sem prejuízo do disposto no número anterior, as entidades referidas nos artigos 51.º e 52.º devem remeter ao Gabinete de Prevenção.” Ora, se formos ao artigo 51.º e 52.º, no 51.º temos análise custo-benefício dos investimentos públicos e, portanto, não há referência a qualquer entidade e no 52.º, apoios na área do

emprego e da qualificação profissional e, portanto, também não há referência a qualquer entidade.

E, portanto, Senhoras e Senhores Deputados, eu gostaria de solicitar esclarecimentos ao Governo, relativamente ao que é que está na base da proposta apresentada no artigo 55.º do orçamento? aguardo esclarecimentos, se possível.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Secretário Regional das Finanças, faça favor.

(*) **Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública** (*Duarte Freitas*): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Foi uma decisão do XIV Governo Regional que o Gabinete de Prevenção da Corrupção e Transparência ficasse a funcionar junto da Presidência do Governo Regional. É isto que aqui transparece.

Em relação ao número 3, se houver alguma alteração que seja necessário fazer em redação final, naturalmente terá de ser feita. De qualquer modo, aquilo que fala no artigo 51.º, nomeadamente, tem a ver com o valor das obras que obrigam a estudos prévios em relação aos impactos para, não só as finanças regionais, mas também para a Região.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Secretário Regional.

Senhor Deputado Berto Messias, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias** (*PS*): Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhor Secretário, eu agradeço as suas explicações. Se do ponto de vista logístico e da forma, enfim, apesar de haver aqui algumas dúvidas relativamente àquilo que é remetido para o artigo 51.º e 52.º, entendemos que, e tendo em conta aquilo que é proposto, eventualmente faria sentido na nossa perspetiva, que os partidos da coligação pudessem, através de proposta de alteração, clarificar aquilo que aqui está, porque convenhamos que é dúbio.

A verdade é que, Senhoras e Senhores Deputados, aquilo que é proposto aqui tem, na nossa perspetiva, contornos políticos relevantes. Eu devo dizer que, tendo em conta o que está em vigor no orçamento de 2023, bem como aquilo que foi proposto no orçamento para 2024, aqui discutido e aqui e aqui chumbado, o Gabinete de Prevenção da Corrupção estava afeto à Inspeção Administrativa da Transparência e do Combate à Corrupção e, portanto, tinha, digamos assim, força inspetiva com a respetiva independência metodológica e procedimental. Agora, aquilo que é feito é, porque eu tive também a oportunidade agora e confesso que rapidamente no telemóvel, de ver o decreto regulamentar regional que aprovou a orgânica, também na competência do Senhor Presidente, está, de facto, a prevenção e combate à corrupção, mas a inspeção de combate à corrupção desaparece dessa orgânica e existia na revisão da orgânica que foi feita em 2022. Portanto, tendo em conta aquilo que está no decreto regulamentar regional aprovado por Vossas Excelências, aquilo que temos em presença nesta proposta de orçamento é que deixa de existir a Inspeção Regional Administrativa de Transparência e Combate à Corrupção e há também a opção deste gabinete deixar de ter uma função inspetiva com a devida consubstanciação legal e passa a ser um gabinete da dependência do Presidente do Governo, eminentemente político, que é obviamente legítimo, mas deixa de ter, enfim, a força inspetiva que tinha até então.

Devo dizer também, permitam-me dizê-lo que, também não deixa de ser relevante porque este gabinete e esta inspeção, digamos que eram o pináculo da criação entre a parceria entre o Chega e o PSD e o Governo Regional e a verdade é que há uma opção clara no artigo 55.º e também na orgânica do Governo Regional de haver um retrocesso significativo naquilo que são os procedimentos da administração pública regional na promoção da transparência e no combate à corrupção.

Se eu estiver enganado, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo, agradeço que me corrijam, mas arrisco-me a dizer que não estou enganado.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Artur Lima*):

Naturalmente que está enganado!

O Orador: Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(*Pausa*)

Senhor Secretário Regional das Finanças, faça favor.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(*Duarte Freitas*): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Está naturalmente enganado, ...

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Como é hábito!

O Orador: ... Senhor Deputado Berto Messias, como será, já não digo hábito, mas há uma tendência para o engano.

O Gabinete de Prevenção da Corrupção e da Transparência ao funcionar junto da Presidência do Governo Regional, o que se pretendeu foi elevar a sua dignidade e estatuto naquilo que é uma responsabilidade importante, no que diz respeito ao combate aos riscos de corrupção e à transparência.

Naturalmente que a inspeção administrativa é um órgão que tem um corpo que, sempre que for necessário apoiar o Gabinete da Corrupção, naturalmente apoiará e com isto consegue-se, não só a componente operacional, como a elevação em termos hierárquicos e de dignidade do Gabinete de Combate à Corrupção.

Presidente: Obrigado, Senhor Secretário Regional.

Senhor Deputado Berto Messias, tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhor Secretário Regional das Finanças, apesar da sua retórica, a sua explicação prova que eu estou certo e, portanto, há aqui um retrocesso claro, relativamente àquilo que era o trabalho definido em letra de lei relativamente às funções de uma Inspeção Administrativa da Transparência e do Combate à Corrupção.

Tendo em conta aquilo que foi aprovado no decreto regulamentar regional, em abril de 2024, deixa de existir essa inspeção. Tendo em conta aquilo que é proposto agora no orçamento, o Gabinete de Prevenção da Corrupção deixa de trabalhar junto a uma inspeção e, portanto, deixa de ter força inspetiva e passa a ser um gabinete político, sob a alçada da Presidência do Governo Regional, que, curiosamente, deveria ser também uma estrutura orgânica que deveria estar sujeita, obviamente àquilo que é o trabalho de uma inspeção administrativa, da

transparência e do combate à corrupção e também do Gabinete de Prevenção à Corrupção.

E, portanto, há aqui um claro retrocesso com o qual nós não podemos concordar. Há uma opção política do Governo de recuar naquele que era o trabalho que vinha sendo feito no combate à corrupção e não posso deixar de estranhar, Senhoras e Senhores Deputados, que o Chega, sempre tão solícito e ativo nas questões da corrupção ... vejo que agora o Senhor Deputado José Pacheco se inscreve e, portanto, aguardarei pelas suas explicações relativamente a esta matéria, porque tendo em conta aquilo que disse o Senhor Secretário, tendo em conta o que está no decreto regulamentar regional, já aprovado, da orgânica do Governo, tendo em conta o que está proposto aqui, e chamo a atenção à comunicação social e a quem nos acompanha, no artigo 55.º há um claro retrocesso com o fim da Inspeção Administrativa da Transparência e do Combate à Corrupção e com a passagem do Gabinete de Prevenção e do Combate à Corrupção de uma inspeção, com a devida força inspetiva, para a alçada da Presidência do Governo e do Senhor Presidente José Manuel Bolieiro. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado Francisco Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco Lima (CH):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhor Vice-Presidente, Senhores Membros do Governo:

Isto de facto não é verdade, aquilo que o Partido Socialista diz, porque isso está no nosso programa eleitoral. O que nós fizemos foi elevar a responsabilização e

usando uma linguagem tauromáquica, não queremos pôr isso em *peões de breida*. Portanto, queremos uma responsabilidade direta. Se o combate à corrupção falhar, é responsabilidade do Senhor Presidente do Governo. Não vamos pôr isso em secretários, nem diretores regionais, a responsabilidade é dele e, portanto, é um absurdo dizer que ...

(Aparte inaudível)

O Orador: O quê? Vão despedir os inspetores? Alguém aqui dentro acredita nisso? Nós também não acreditamos nisso. Estamos aqui para ver.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado Berto Messias, tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhor Deputado Francisco Lima, usando a linguagem tauromáquica, faz lembrar aquele forcado que pede ao cabo para pegar o touro, depois do touro já estar pegado, armando-se na trincheira em herói e depois não salta para a arena, porque o senhor diz que tem no seu programa eleitoral o combate à corrupção... muito bem, é absolutamente respeitável. O senhor diz que ninguém acredita...

Ó Senhor Deputado nós estamos a falar naquilo que consta nos diplomas aprovados, quer pelo Governo Regional, quer por aquilo que nós estamos aqui a discutir e que vamos aprovar. Nós estamos a falar de, talvez, o decreto legislativo regional mais importante em cada ano deste Parlamento e aquilo que está no decreto regulamentar regional acaba com a Inspeção Administrativa da

Transparência e do Combate à Corrupção, aquilo que está proposto aqui pelo Governo Regional no artigo 55.º, remete o Gabinete de Prevenção para alçada da Presidência do Governo, retirando-o de uma inspeção regional e, portanto, Senhor Deputado Francisco Lima, *das duas, uma*, ou os senhores andam desatentos, ou os senhores foram enganados.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado Nuno Barata, tem a palavra.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Este, de facto, é um assunto de relevante importância para a boa vida política da Região Autónoma dos Açores e não só e é só por isso que neste debate, na especialidade, peço para intervir.

Na verdade, aquilo que aqui se exige, na Região, como na República, é que esse tipo de gabinete tenha, no mínimo, garantias de isenção. E também não é de somenos lembrar os açorianos e os portugueses que este debate começou aqui a reboque do orçamento, entre o Partido Socialista e o PSD, aqueles que, ao nível nacional, encerram nas suas hostes partidárias 99% dos casos de corrupção deste país.

Mas, tem razão o Senhor Deputado Berto Messias numa coisa, é que, sem isenção e sem ação inspetiva, não há controle à corrupção. Pior aquilo que aqui está feito neste artigo é, e permitam-me a graça, apesar do assunto ser sério: *meter a raposa dentro do galinheiro*.

Deputado José Pacheco (CH): Já lá estava!

O Orador: E, portanto, Senhor Deputado José Pacheco, Senhor Presidente do Governo, esta coisa de dizer que vai ao mais alto nível o controle de uma suposta entidade inspetiva, não é mais do que uma cortina de fumo para levar os açorianos a acreditar que, de hoje por diante, de facto, vai haver combate à corrupção e mais transparência na Região Autónoma dos Açores.

Disse.

Presidente: Senhor Deputado, obrigado.

Senhor Deputado José Pacheco, faça o favor.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Vice-Presidente (que faz anos hoje – segundo me parece – parabéns!), Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Parabéns, porque já está ali a fatia de bolo, se não, não havia cá nada! Os meus parabéns!

Senhor Presidente, o Senhor Deputado do IL disse, disse, mas não disse nada. E o que me parece e que já não é a primeira vez, porque eu levei aqui três ou quatro horas com aquele senhor deputado a malhar, a malhar, malhar, a ver se partia o deputado do Chega, na última legislatura. Ele aprendeu que o deputado do Chega é feito de basalto, nunca parte.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Muito bem!

O Orador: Agora a pergunta de um milhão de euros. Eu nunca escondi que nós temos um problema de legalidade, no sentido: eu queria era por um orçamento umas algemas. Eu gostava de saber onde é que os computadores que desaparecem dos municípios, essas *faturinhas*, esses ajustes diretos, a torto e a direito,

Ó senhores eu estou a olhar para vocês, porque eu estou a falar é de vocês! Eu não estou a falar de mim, eu não tenho autarcas, eu não tenho adjudicações diretas a quem me faz a eletricidade da casa, eu não tenho adjudicações diretas

a quem é o meu diretor de campanha. Não tenho nada disso! Graças a Deus! Agora, nós sabemos, nós percebemos, conversamos, a minha direção conversou e percebeu que nós precisávamos de elevar o nível de responsabilidade. Eu sempre o disse, este gabinete tem feito um excelente trabalho. Os senhores têm medo de lá ir? Os senhores não ficam lá presos! Senhor Deputado Berto Messias, o senhor faça o favor de visitar o gabinete. Não vai ficar preso, acho eu!

A verdade é que têm tido, no caso do PRR, fiquei com alguma satisfação a formação preventiva que foi dada por este gabinete e também às autarquias, porque nem toda a corrupção, vamos dizer assim, nem toda a ilegalidade é feita de forma voluntária, pode-se cometer uma ilegalidade por ignorância e isto tem sido feito. É o trabalho que nós queríamos? Não, não é o trabalho que nós queríamos na totalidade, porque os senhores sabem muito bem, o Senhor Presidente, sabe muito bem o que é que o Chega quer. E o que é que o Chega quer, e os açorianos sabem muito bem? Corruptos é na cadeia! São apanhados, cadeia e quanto mais rápido melhor. É assim que devia ser na nossa terra, no país e na Europa. Infelizmente, nós andamos aqui aos empurrões, não ter nada é que é grave, não ter nada no mundo da corrupção é que é grave. Ainda ando à procura do computador que foi roubado na Câmara da Lagoa!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado Berto Messias, faça favor.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhor Vice-Presidente, parabéns em meu nome pessoal pelo seu aniversário e muita saúde, muita saúde. Saúdo também o senhor Deputado Mário Tomé e a Senhora Deputada Dora que fazem anos hoje e que merecem também uma saudação.

Eu, depois desta intervenção eloquente do Senhor Deputado José Pacheco, eu não posso deixar de usar da palavra, mais uma vez, para dizer o seguinte: o Chega diz aquilo que muito bem entender. O Chega usa da palavra aqui e lá fora, como muito bem entender, dizendo aquilo que lhe apetece dizer. Agora uma coisa é certa, Senhor Deputado José Pacheco, *palavras leva-as o vento* e aquilo que nós estamos aqui a fazer é aprovar, discutir, debater e votar um decreto legislativo regional e nesse decreto legislativo regional, o tal Gabinete da Prevenção contra a Corrupção passa para alçada da Presidência do Governo, deixa de ter força inspetiva, no decreto regulamentar regional que define..

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estêvão*): Não é verdade!

(*Ruído na câmara*)

Presidente: Senhoras e Senhores Deputados.

Senhoras e Senhores Deputados, os senhores podem pedir a palavra para se inscreverem a seguir.

O Orador: Ó Senhores Deputados, sejamos sérios! Um serviço tem força inspetiva quando isso está consubstanciado num diploma ou aprovado em Conselho de Governo ou no Parlamento, portanto, não brinquemos com coisas sérias. Não passa a ter força inspetiva porque o Senhor Secretário decide e diz que é assim.

O Orador: Não é assim, não é de todo assim.

E, portanto, aquilo que o Chega está aqui a fazer, é permitir e veremos a votação do Chega, ...

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estêvão*): O senhor não tem experiência!

Deputado José Pacheco (*CH*): O computador que foi roubado na Lagoa é que me faz impressão!

O Orador: ... é permitir um tremendo retrocesso no combate à corrupção e à promoção da transparência na nossa Região, permitindo o que aconteceu no decreto regulamentar regional e aquilo que vai ser votado agora.

Portanto, Senhor Deputado José Pacheco, o senhor diz que é de basalto, pois o senhor neste debate e nesta questão é um cascalhinho de pedra pomes.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado António Lima, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado António Lima** (*BE*): Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores, Membros do Governo:

Esta alteração que se promove com o artigo que está em debate e que será votado é, no mínimo, suscetível de gerar dúvidas quanto às garantias de independência que terá o futuro Gabinete de Combate à Corrupção e Transparência.

Este gabinete, como já foi aqui referido, estava integrado num serviço inspetivo que já existia, não foi uma criação do anterior governo, a chamada Inspeção Administrativa e a que se adicionou a transparência de combate à corrupção e

foi incluído neste serviço. Não foi criada por vós, existia, adicionaram uma nova designação. Estava aqui na legislatura passada, Senhor Secretário.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Até um capítulo do orçamento foi criado!

O Orador: E a redação que é dada neste artigo não dá qualquer garantia de independência deste Gabinete de Combate à Corrupção e Transparência e não é claro que funções terá nem, muito menos, que tipo de competência e, como referi, de garantia de independência para fazer executar competências que, como se percebe, não podem estar diretamente na dependência política do Presidente do Governo. Não podem, a não ser que seja apenas algo para estar no papel, como parece ser a intenção.

Mas, nesse sentido, garantir que o Gabinete de Combate à Corrupção e Transparência se mantenha onde estava, dá naturalmente mais garantias do que esta redação que aqui está.

Nas, nesta intervenção eu não posso deixar de referir que muitas vezes ouvimos coisas nestes debates e neste debate em particular, que são de *bradar aos céus*.

O Senhor Deputado José Pacheco, mais uma vez, veio aqui bradar em alto som que há problemas com os ajustes diretos. Eu não sei que ajustes diretos são esses, mas seria importante que ele dissesse, porque a entidade que talvez mais ajustes diretos faça nesta Região, está ali, chama-se Governo Regional dos Açores e o Senhor Deputado Pacheco tem um problema com os ajustes diretos, mas o que é que quer dizer com isso? Quer dizer que o Governo Regional dos Açores, que ele apoia, que apoiou na legislatura passada e que apoia nesta, abusa de ajustes diretos? Está a falar de quem? É que na legislatura passada foi aqui anunciado, debatido que o Governo fazia adjudicações por ajuste direto a uma empresa de um membro do Governo e o Senhor Deputado José Pacheco manteve-se mudo e calado durante todo esse tempo e agora vem aqui

novamente falar de ajustes diretos. Concretize a acusação sobre os ajustes diretos. A entidade que mais ajustes diretos faz nesta Região, está ali, chama-se Governo Regional dos Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado José Pacheco, tem a palavra.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Há que dar fome para o bolo!

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Eu vou apenas me restringir a isso, porque também já está chegando a hora do almoço. O Bloco de Esquerda tem tanta credibilidade nesse assunto, mas tanta credibilidade que fez uma nota de imprensa que tinha iluminado e hasteado a bandeira LGBT no Parlamento, quando isso nunca aconteceu. É a credibilidade daqueles senhores.

Deputada Inês Sá (PS): Devia ter estado cá a semana passada. Não fale do que não sabe!

Presidente: Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo Regional: Para esclarecimento, já agora, porque isso tem que ficar claro na redação final, o número 3 do artigo 55.º, de facto... Que as entidades referidas no 51.º e 52.º, mas o 51.º e 52.º não tem entidades deve ser para o 53.º e 54.º. É esse o entendimento da câmara?

(Pausa)

É porque, de facto, o 51.º e o 52.º não têm entidades.

Senhora Deputada Andreia Cardoso, tem a palavra.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Era para uma interpelação.

Eu penso que entendi o Senhor Presidente e nós concordamos consigo, que era fundamental que o Governo transmitisse à câmara para que artigos então é que deve ser remetido o número 3 do artigo 55.º.

Há aqui claramente um erro, ou seja, a remissão para os artigos 51.º e 52.º nada tem a ver com entidades que supostamente o Governo quer remeter. Portanto, é fundamental que o Governo clarifique para que artigos é que quer remeter, para que em sede de redação final e também no registo que fica feito neste momento, possamos fazer essa correção e quando votarmos, sabermos para que artigos é que estão a ser remetidos.

Presidente: Faz favor, Senhor Secretário das Finanças.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados:

Não estou em condições de assegurar com clareza absoluta quais serão os artigos, mas naturalmente, em redação final, isso será fácil de corrigir. Mas se, ainda assim, os senhores deputados têm alguma perturbação sobre isto e se puderem fazer um intervalo regimental, naturalmente, isso será esclarecido.

Presidente: Senhor Secretário Regional, eu penso que o 54.º refere, de facto, os serviços e as pessoas coletivas da administração pública direta e indireta da Região Autónoma dos Açores e o do setor público empresarial regional. Penso que serão essas as entidades, é a interpretação que eu faço, no início do 54.º.

Presidente: Senhora Deputada Andreia Cardoso, tem a palavra.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Senhor Presidente, eu penso que o Senhor Secretário Duarte Freitas apelou a que os partidos solicitassem um intervalo

para que pudesse ter tempo para clarificar a situação e, portanto, o Partido Socialista pede um intervalo regimental de 15 minutos, no sentido que o Governo possa, naturalmente, clarificar esta situação.

Obrigada.

Presidente: Muito bem, é regimental, está concedido.

Retomamos os nossos trabalhos às 15 horas.

Eram 12 horas e 51 minutos.

Presidente: Muito boa tarde, Senhoras e Senhores Deputados.

Eram 15 horas.

Senhor Secretário Regional das Finanças, tem a palavra, faça favor.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Agradecendo à câmara a oportunidade que deu para podermos clarificar as questões que tinham sido levantadas, dou nota das informações que consolidei com o Gabinete Jurídico. Se notarem, no Decreto Legislativo Regional do Orçamento para 2023, no artigo 47.º, relativamente ao Gabinete de Prevenção da Corrupção e Transparência, no ponto 2, agrupava de alguma forma aquilo que está no ponto 2 e 3 da atual proposta de Decreto Legislativo Regional. Terão sido razões de técnica legística que levaram a que se subdividisse o ponto 2, com uma consequência menos feliz que foi na remissão ter-se referido o artigo 51.º e 52.º,

em vez do que a 53.º e 54.º e, portanto, suscitava à câmara que, em redação final, no ponto 3, fosse explícito, sem prejuízo do número anterior, as entidades referidas nos artigos, 53.º e 54.º, devem ainda remeter ao Gabinete de Prevenção da Corrupção e da Transparência os elementos referidos, terminando assim o ponto 3.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Senhor Secretário Regional.

Peço à Comissão de redação final que tenha em atenção este alerta. Pergunto se estamos em condições de avançar com as com as votações?

(Pausa)

Vamos então votar o artigo 55.º:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

O Senhor Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo 55.º foi aprovado com 23 votos do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS, 1 do PPM.

Contra: 23 votos do PS, 1 do BE e 1 do PAN.

Abstenção: 1 voto da IL.

Presidente: Os três próximos artigos não têm propostas de alteração. Pergunto à câmara se posso colocá-los à votação em conjunto, 56.º 57.º e 58.º?

(Pausa)

Estão à votação esses três artigos:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos 56.º 57.º e 58.º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Senhora Deputada Andreia Cardoso, tem a palavra, faça favor.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Apenas para dar nota que o Partido Socialista não pode acompanhar o aditamento ao artigo 59.º A, exatamente porque entende que é imprescindível que seja realizada uma avaliação à implementação dos manuais digitais e em função dessa avaliação e do conhecimento que possamos vir a ter dela, então tomar uma decisão, naturalmente que mais fundamentada, sobre a coexistência, ou não, de manuais digitais e os manuais em papel.

Nesse sentido, não votaremos favoravelmente esta proposta.

Obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo 59.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está votação a proposta de aditamento de um artigo 59.º A, proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

As Senhoras e os Senhores Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento do artigo 59.º A foi rejeitada com 23 votos do PSD, 2 do CDS e 1 do PPM.

A favor: 5 votos do Chega, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN.

Abstenção: 23 votos do PS.

Presidente: Está à votação o artigo: 60.º do diploma:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo 60.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento apresentada pelo Bloco de Esquerda de um artigo 60.º A:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

As Senhoras e os Senhores Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento do artigo 60.º A foi rejeitada com 23 votos do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS e 1 do PPM.

A favor: 1 voto do BE, 1 da IL e 1 do PAN.

Abstenção: 23 votos do PS.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda ao artigo 61.º:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

As Senhoras e os Senhores Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração ao artigo 61.º A foi rejeitada com 23 votos do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS e 1 do PPM.

A favor: 1 voto do BE, 1 da IL e 1 do PAN.

Abstenção: 23 votos do PS.

Presidente: Está à votação o artigo 61.º do diploma:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

Secretária: O artigo 61.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está a votação a proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda ao artigo 62.º:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

As Senhoras e os Senhores Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração ao artigo 62.º foi rejeitada com 23 votos do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS e 1 do PPM.

A favor: 23 votos do PS, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação o artigo 62.º do diploma:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo 62.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda ao artigo 63.º do diploma:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

As Senhoras e os Senhores Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração do artigo 63.º foi rejeitada com 23 votos do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS e 1 do PPM.

A favor: 23 votos do PS, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação o artigo 63.º do diploma:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo 63.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Os artigos 64.º, 65.º, 66.º, 67.º, 68.º e 69.º não têm propostas de alteração. Posso colocá-los à votação em conjunto?

(Pausa)

Estão à votação os artigos 64.º, 65.º, 66.º, 67.º, 68.º e 69.º do diploma:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos 64.º, 65.º, 66.º, 67.º, 68.º e 69.º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Senhor Deputado António Lima têm palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

De forma breve, gostaria de apresentar esta proposta de aditamento ao orçamento que pretende que o Governo apresente um plano de modernização, capacitação e desenvolvimento do Serviço Regional de Saúde, um plano que garanta que um levantamento e calendarização das necessidades mais urgentes de investimento nos hospitais e unidades de saúde de ilha. Calendarização e levantamento também das necessidades de construções, no que diz respeito a unidades hospitalares, a começar pelo Hospital do Divino Espírito Santo. Para além disso, a questão do plano de equilíbrio financeiro, que aumenta o financiamento do Serviço Regional de Saúde, que prevejam com uma calendarização do aumento do financiamento corrente do Serviço Regional de Saúde, para que esse tenha um equilíbrio necessário para devolver a estabilidade à tão importante construção da democracia e da autonomia.

Este plano trará, naturalmente, por um lado, a calendarização, o planeamento e a estratégia necessária para recuperar o Serviço Regional de Saúde, mas também a transparência e a avaliação necessária por parte do Parlamento deste caminho, ou seja, Elaborar o plano, trazê-lo ao Parlamento, discuti-lo, debatê-lo em profundidade e em detalhe, é fundamental para que haja uma inversão de rumo no Serviço Regional de Saúde.

É isto que esta proposta pretende, ela não tem implicações orçamentais de maior nesta fase, mas implica que haja um trabalho aturado de planeamento e

organização e de estratégia, acima de tudo, para levar o Serviço Regional de Saúde a um novo rumo.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto à câmara se posso votar os três aditamentos em conjunto?

(Pausa)

Senhora Secretária Regional da Saúde, faça favor, tem a palavra.

(*) **Secretária Regional da Saúde e Segurança social** (*Mónica Seidi*): Muito obrigada, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Secretários Regionais:

Eu lamento o timing com que esta proposta chega a esta câmara e também lamento o facto daquilo que é dito aqui, porque efetivamente, depois do debate e algumas destas propostas que aqui estão, eu tive a oportunidade de esclarecê-las.

O Governo já faz parte do que aqui está e aquilo que não está ou que não foi aqui dito, efetivamente é função do Governo fazê-lo. Eu dou-lhe, por exemplo, esta questão do levantamento e calendarização das necessidades de investimentos em equipamentos. Eu, na altura do debate, tive oportunidade de explicar ao Senhor Deputado que, atualmente, a nível dos equipamentos existe uma plataforma informática, em que as unidades de saúde e os hospitais carregam informaticamente as suas necessidades. Nós temos mecanismos financeiros para conseguir adquirir esses equipamentos, sendo o PRR e o Açores 2030 uma dessas possibilidades e, portanto, esse trabalho está todo mapeado e ainda lhe digo mais, Senhor Deputado, tem o grau de prioridade da

aquisição desses equipamentos que vai desde: normal, urgente e prioritário. Portanto, esse trabalho está feito.

A nível das infraestruturas, efetivamente há um levantamento das necessidades que está priorizado, a nível das unidades de saúde de ilha. E, se o Senhor Deputado teve oportunidade de ler as orientações de médio prazo, está lá escrito quais são os centros de saúde em que se construirão de raiz novas infraestruturas, da mesma forma que está escrito os centros de saúde em que é necessário fazer uma requalificação.

No plano de investimentos temos uma ação que se chama Serviço Regional de Saúde 2030, que visa também essa necessidade de inventariação, da requalificação e até mesmo de pequenas obras que têm de ser feitas ao longo do ano, nas próprias instituições.

Em relação ao HDES, eu não sei se aquilo que o Senhor Deputado pretende é, em certa parte, substituir a função do grupo de trabalho que já foi criado para esse efeito e que, até ao final do dia 31 de maio, terá necessariamente de apresentar um primeiro relatório, onde constarão levantamentos dessas necessidades.

Ainda lhe digo mais, o levantamento para o HDES, antes desta tragédia já estava feito, estavam identificadas as obras, algumas delas já estavam a decorrer, como é o caso do 5.º piso e o levantamento de outras obras que teriam de ser feitas a breve prazo naquele hospital, bem como dos equipamentos necessários, estavam feitos e ascendiam a um valor significativo acima de 70 milhões euros. Portanto, há trabalho feito.

Há uma coisa que efetivamente eu até terei de concordar consigo, é que é necessário talvez repensar parte do modelo de funcionamento do Serviço Regional de Saúde e das instituições. Isso leva tempo, é um trabalho do Governo e pode ter certeza que enquanto eu cá estiver, será feito.

Obrigada.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Senhora Secretária Regional.

Senhor Deputado António Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo:

Senhora Secretária, agradeço as suas palavras. No entanto, tenho dificuldade em perceber a dificuldade em aprovar esta proposta.

Se o Governo tem estes dados, se o Governo diz que faz o levantamento, a priorização, então o que é que leva à dificuldade de colocar estes documentos todos que existem, segundo o que a Senhora diz, essa calendarização, esses equipamentos, toda essa matéria, num único documento que seja apresentado publicamente e que nós saibamos qual é essa calendarização? O Governo diz que sabe. Se o Governo diz que sabe o Parlamento tem que ficar quieto, calado à espera que o Governo resolva. O Parlamento não tem nada a ver com isso. Não tem que saber quais são as prioridades, não tem que saber quais são os pedidos para equipamentos das unidades de saúde de ilha e dos hospitais. O Parlamento tem que ficar calado à espera que o Governo faça, porque o Governo cuida de nós todos.

Senhora Secretária, este Parlamento não está aqui para dizer *ámen* ao Governo. Está aqui para cumprir o seu papel, propor e fiscalizar e é isso que nós estamos a fazer.

E deixe-me dizer que fico um pouco preocupado, para não dizer pior, quando ouço o Senhor Presidente do Governo anunciar ontem que vão agora existir planos de manutenção nos hospitais e unidades de saúde de ilha. Mas não existiam? Planos de manutenção?

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (*Mónica Seidi*): Existiam!

Deputado Carlos Silva (*PS*): A Sra. Secretária disse que existiam!

O Orador: Senhor Presidente, eu espero, sinceramente, que isso tenha sido um lapso de linguagem e não seja isso que o senhor quer realmente dizer.

Mas, sobre esta matéria, nós, se o Governo não quiser fazer este plano e mostrar os dados que tem, teremos outros meios para obter essas informações, nomeadamente através da capacidade fiscalizadora do Parlamento.

Disse.

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Senhora Secretária Regional da Saúde, faça favor.

(*) **Secretária Regional da Saúde e Segurança social** (*Mónica Seidi*): Muito obrigada, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Secretários Regionais:

Eu, efetivamente, já estava à espera desta postura porque infelizmente tem sido um bocadinho a postura do Bloco de Esquerda, que é de pôr em causa tudo aquilo que o Governo faz e tudo aquilo que o Governo pensa fazer ou não faz. E portanto, Senhor Deputado, eu acho que nesta fase do debate não ajuda nada, porque de forma sistemática o Senhor Deputado tenta pôr em causa aquilo que é

o trabalho não só do Governo, não só das instituições do Serviço Regional de Saúde ...

Deputado Carlos Silva (PS): Lá está a vitimização!

A Oradora: ... e, efetivamente, aquilo que está preconizado neste momento, eu não tenho qualquer dúvida. Esse levantamento está feito, há muitas formas de o senhor fiscalizar a ação governativa, através dos requerimentos, que é uma ação que o senhor gosta de utilizar e fá-lo frequentemente e, portanto, terei todo o gosto em dar as respostas que sejam necessária.

Mas também deixe-me que lhe diga, o senhor acha que faz sentido, nesta fase de incerteza em relação ao maior hospital da Região, que neste momento nós não conseguimos garantir tudo o que é resposta, que se pense num aumento da capacidade de resposta para aquele hospital, que é uma das linhas que o senhor aqui tem? Acha que faz sentido neste momento nós estarmos a pensar nisso, quando ainda nem temos a certeza de quando é que vamos ter a retoma de toda a atividade programada, Senhor Deputado?

Deputado António Lima (BE): Para o futuro!

A Oradora: Sejam coerentes, Senhor Deputado! E é por causa destas medidas populistas que em nada abonam o trabalho do Governo, que nós não estamos aqui integrados nem habituados ...

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: ... a dar essa esse protagonismo que o Senhor Deputado quer, que no fundo, aquilo que aqui está a propor é uma medida populista, porque mais de metade das linhas que aqui estão o Governo já as faz naturalmente.

Muito obrigada.

Deputado António Lima (BE): O Governo faz tudo!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Vamos então continuar com a votação.

Posso colocar à votação os três aditamentos propostos pelo Bloco de Esquerda em simultâneo?

(Pausa)

Sim?

Então, estão à votação os requerimentos de um artigo 69.ºA, 69.º B e 69.º C, apresentados pelo Bloco de Esquerda :

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento aos artigos 69.ºA, 69.º B e 69.º C foi rejeitada com 23 votos do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS e 1 do PPM.

A favor: 23 votos do PS, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação o artigo 70.º do diploma:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo 70.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação uma proposta de aditamento do artigo 70.º A, apresentado pelo Bloco de Esquerda:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento do artigo 70.º A foi rejeitada com 23 votos do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS e 1 do PPM.

A favor: 23 votos do PS, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN.

Presidente: Vamos votar o artigo 71.º:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

As Senhoras e os Senhores Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo 71.º A foi aprovado com 23 votos do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS, 1 do PPM, 1 da IL e 1 do PAN.

Contra: 1 voto do BE.

Abstenção: 23 votos do PS.

Presidente: Senhora Deputada Joana Pombo Tavares, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Joana Pombo Tavares (PS):** Obrigada, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhores Membros do Governo:

Nós gostaríamos de fazer uma pergunta ao Governo Regional, nomeadamente, no ponto 5, na alínea e), se propositadamente ela não consta, se ela foi eliminada, uma vez que a alínea e) refere-se que os montantes da alínea a), b) e c) ficam afetos, 30% para utilizadores domésticos, sendo que o valor é não comprometido, é libertado em outubro de cada ano, considerando o volume das

candidaturas submetidas, ou seja, o que nós questionamos é se está propositadamente a eliminar que sejam reservados os 30% para utilizadores domésticos?

Obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Podemos colocar à votação?

Senhor Secretário, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades** (*Paulo Estêvão*): Senhor Presidente, peço a palavra para uma interpelação à Mesa, no sentido de solicitar que a Senhora Deputada faça novamente a questão, porque eu não tive a oportunidade de anotar a alínea a que se está a referir.

Presidente: Senhora Deputada Joana Pombo Tavares, faça favor.

(*) **Deputada Joana Pombo Tavares** (*PS*): Ou seja, no artigo 4.º, Senhor Secretário, a alínea e) do número 5.

Presidente: Nós estamos no artigo 72.º que altera o artigo 4.º do Decreto Legislativo Regional n.º XII/22/A.

(*) **Deputada Joana Pombo Tavares** (*PS*): Relativamente ao Solenerge, no original, o ponto 5 tem a alínea a), b), c), d) e e) e não consta a alínea e), ou seja, mas também não diz se ela é eliminada, nem diz se ela se mantém e então é a nossa questão.

Presidente: Senhora Secretária Regional do Turismo, faça favor.

(*) **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas** (*Berta Cabral*): Muito obrigada, Senhor Presidente.

Esta alteração é muito simples, é na medida em que o atual diploma que cria o Solenerge tem plafond anuais e nós já atingimos os plafond anuais e como é preciso alterar, ou seja, antecipar o plafond de 2025 para 2024, portanto,

desaparece a outra linha onde estava o plafond para 2025 e ele é todo antecipado para 2024.

Presidente: A questão é: a alínea e) ...

(* **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas** (*Berta Cabral*): A alínea e) mantém-se.

Presidente: Mantém-se, mas não está aqui.

(* **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas** (*Berta Cabral*): Talvez por engano, porque senão estaria revogada.

Presidente: Senhor Deputado Carlos Silva, faça favor, tem a palavra.

(* **Deputado Carlos Silva** (*PS*): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo: Senhora Secretária Regional, o Governo pretende então eliminar a alínea e)? É essa a pergunta, muito concretamente.

Presidente: Senhora Secretária Regional.

(* **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas** (*Berta Cabral*): Senhor Presidente, no meu entendimento, se não está revogada, é porque se mantém. Mas se tiverem aí o diploma do Solenerge, que eu não tenho aqui neste momento e se me pudessem ler a alínea e), agente já percebe o que é que pode estar em causa.

Presidente: A alínea e) diz o seguinte: “Dos montantes previstos nas alíneas a), b) e c) ficam afetos 30% para os utilizadores domésticos, sendo o valor não comprometido libertado em outubro de cada ano, considerando o volume das candidaturas submetidas.”

Senhora Secretária Regional, faça favor.

(* **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas** (*Berta Cabral*): Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhores Membros do Governo:

Essas alíneas são todas para manter. A única questão que se altera de facto é a alteração dos plafonds anuais. Portanto, essa alínea é para manter. É lapso, certamente na formulação da alteração.

Obrigada.

Presidente: Peço então que em redação final tenham isso em atenção. Pergunto se há mais alguma questão?

(Pausa)

(Aparte impercetível do Deputado João Bruto da Costa (PSD))

Não é, Senhor Deputado João Bruto da Costa, devia estar aqui enão está, pronto! É um lapso, temos que assumi-lo. Não há mal nenhum nisso! Mais alguma questão relativamente a isso?

(Pausa)

Vamos então votar o artigo 72.º:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

As Senhoras e os Senhores Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo 72.º foi aprovado com 23 votos do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS, 1 do PPM, 1 da IL e 1 do PAN.

Abstenção: 23 votos do PS e 1 do BE.

Presidente: Vamos votar o artigo 73.º:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

Secretária: O artigo 73.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Votamos agora o artigo 74.º:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

As Senhoras e os Senhores Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo 74.º foi aprovado com 23 votos do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS, 1 do PPM, 1 da IL.

Contra: 23 votos do PS, 1 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Estão à votação os artigos 75.º, 76.º e 77.º:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos 75.º, 76.º e 77.º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Senhor Deputado João Bruto da Costa, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Eu queria questionar o Bloco de Esquerda, quanto é que esta alteração vai custar à Região?

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado António Lima, faça favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Eu devolvo a pergunta: a proposta de alteração do Bloco de Esquerda tem várias alterações, pergunto qual é a alteração?

Muito obrigado.

Presidente: Senhor Deputado João Bruto da Costa, faça favor.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Eu faço esta pergunta no final de todas as alterações propostas do Bloco de Esquerda, porque estranho, Senhor Presidente, com toda a franqueza, que se tenha aceito propostas que não se sabe o seu valor. E esta proposta diz que a justificação que é feita é que a despesa para fazer face a esta proposta de alteração será retirada da dotação provisional.

Ora, se não tiver da dotação provisional suficiente, eu pergunto, como é que se vai resolver? Por isso, precisávamos de saber quanto é que estas alterações todas que os Bloco de Esquerda aprovou na alteração ao artigo 78.º vão custar à Região?

Muito obrigado.

Presidente: Senhor Deputado António Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados:

A coligação como não aprovou nenhuma proposta do Bloco de Esquerda e chega ao fim das propostas que estamos a votar, pretende criar um problema com a última das propostas de alteração.

Senhor Deputado João Bruto da Costa, em primeiro lugar, a primeira alteração que esta proposta de alteração ao orçamento promove é o aumento do complemento regional ao salário mínimo. Sabe o senhor deputado que uma

grande parte dos trabalhadores nos Açores, perto de 40%, recebe o salário mínimo? Ora, aumentar o complemento regional do salário mínimo para 7,5%, que neste momento é 5, é uma questão essencial para muita gente que não sabe como é que há de pagar contas ao fim do mês. O senhor não está preocupado com isso. Está preocupado em saber quanto é que custa. Pois saiba, Senhor Deputado...

(Ruído na câmara)

Senhor Presidente, eu gostava de intervir porque, pelos vistos, querem fazer perguntas, mas não querem a resposta.

Esta questão, como saberá o Senhor Deputado João Bruto da Costa, o complemento regional ao salário mínimo aplica-se quase na sua exclusividade ou na grande maioria aos trabalhadores do setor privado, tem um custo residual para a Região, porque há, algo que aprendi nos últimos anos, alguns casos em que isso se poderá aplicar e poderá ter algum custo para a Região, mas é altamente residual, não tem custos para a Região, têm custos naturalmente para os empregadores privados, que terão que aumentar o complemento regional ao salário mínimo e pagar um salário maior. Por isso, a sua preocupação sobre esta matéria é quase nula, em termos orçamentais.

Remuneração complementar, Senhor Deputado, remuneração complementar acrescentará algum valor àquilo que já foi aprovado. Esse valor poderá estar à volta dos 5 a 6 milhões de euros. Posso estar enganado? É evidente.

(Ruído na câmara)

Ora, eu não tenho, nem posso ter os valores atualizados que terá o Senhor Secretário das Finanças e que nos poderá dizer que para além daquilo que já foi aprovado, hoje, quanto é que custará mais esta proposta. Mas, Senhor Deputado, se o Senhor Deputado vai chumbar, está preocupado porquê? O senhor não quer aumentar os trabalhadores da administração pública, no que diz respeito à remuneração complementar, o senhor apenas quer dizer que a proposta do Bloco de Esquerda é populista, é irresponsável, mas deixe-me que lhe diga, sobre propostas populistas e irresponsáveis, porque tinha aqui esta guardada para si e para o Senhor Deputado Joaquim Machado, os senhores tiveram a *lata*, a distinta *lata* de dizer quando o Bloco de Esquerda trouxe a esta casa uma proposta para integrar os mais de 500 trabalhadores com contratos Covid no Serviço Regional de Saúde, dizia o Senhor Deputado Joaquim Machado: “demagogia, além de enganar os putativos destinatários com esta iniciativa, expõe fragilidades, enganos, ilegalidades” e hoje acabámos de aprovar exatamente a mesma proposta que chumbaram em 2022, exatamente a mesma! Por isso, Senhor Deputado João Bruto da Costa, antes de dizer que isto é caro, pense naquilo que vai aprovar daqui a seis meses! Tenha vergonha!

Presidente: Senhor Deputado João Bruto da Costa, tem a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado, Senhor Presidente. Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Estou preocupado com quê, Senhor Deputado António Lima? Estou muito preocupado por nós termos passado aqui uma tarde a votar propostas do Bloco de Esquerda que, muito sinceramente, esta própria última já podia estar prejudicada, porque tem uma determinada verba na dotação provisional. E o senhor, sem dizer quanto é que custa cada medida que propõe, diz que vai buscar o dinheiro a uma determinada rubrica. O seu problema e penso, Senhor

Presidente, que será um problema da Mesa também é que não se pode fazer propostas que não têm cabimento no sítio onde o senhor quer retirar a verba. Nós temos o cuidado, há muitos anos, que o grupo Parlamentar do PSD nas propostas de alteração tem a obrigação, o cuidado de saber exatamente, ou de procurar dentro do possível, saber exatamente quanto é que elas vão custar, porque de outra maneira, elas não deviam ser admitidas. Porque eu não posso andar a fazer propostas de alteração orçamental quando não sei o preço delas. Eu não disse que era muito, ou que era pouco. Nós não sabemos quanto é que custa. O senhor fez aqui 10 ou 12 propostas de alteração que são pura demagogia e populismo, ...

Deputado António Lima (BE): Demagogo é o senhor!

O Orador: ... porque o senhor diz que quer dar tudo a todos, diz que vai buscar o dinheiro a um determinado sítio e nem sequer sabe se tem dinheiro lá suficiente para isso.

Muito obrigado.

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Senhor Deputado João Bruto da Costa, o senhor pode sempre recorrer para Plenário da demissão das propostas de admissão.

Agora eu queria que o senhor encontrasse uma única proposta feita a planos e orçamentos, ao longo dos anos que nós estamos aqui, que não tenha sido admitida por essa razão que o senhor está a invocar.

Senhor Deputado António Lima, faça favor.

Procure e encontre que eu gostaria de ver.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

A minha interpelação e no sentido da explicação que o Senhor Presidente acabou de dar.

Esta proposta que o Bloco de Esquerda fez como todas as outras que fez o Bloco de Esquerda e outros partidos, foi admitida pela Mesa e questionava se a Mesa encontrou alguma algum problema de inconstitucionalidade ou de outra matéria qualquer, do ponto de vista legal, que levasse à sua não admissibilidade e que impedisse o seu debate e votação, hoje, nesta casa?

Muito obrigado.

Presidente: Senhor Deputado António Lima, acho que a minha explicação anterior foi suficientemente clara sobre essa matéria e acho que os serviços ainda fazem muito, - este ano até nem foram tantas quanto isso - analisar todas essas propostas em tão curto espaço de tempo, a admissibilidade delas todas. Todos nós sabemos que a prática parlamentar tem sido com uma interpretação bastante abrangente quando são propostas ao plano e orçamento, sempre foi assim e, portanto, nós podemos alterar isso: acordamos em Conferência de Líderes apresentar as propostas, se calhar com uma semana ou duas de antecedência e aí os serviços podem analisar e, eventualmente, encontrar lapsos dessa natureza. Agora, com um dia de antecedência, é impossível, nem que as pessoas trabalhem 24 horas.

Senhor Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Certamente, vou responder ao desafio de Vossa Excelência, não obstante, de eu saber uma coisa, é que o grupo Parlamentar do PSD não apresenta propostas que não saiba quanto é que elas custam e é isso que eu acho que era fundamental, fundamental que esta Assembleia para trabalhar de uma forma séria não andar aqui a discutir coisas que não sabe quanto é que custam.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado.

Pergunto, se há mais inscrições?

(Pausa)

Senhoras e Senhores Deputados, vamos votar a proposta de alteração que altera os artigos 3.º, 10.º e 11.º do Decreto Legislativo Regional n.º 8/2002 e vamos votar artigo a artigo.

Portanto, a proposta de alteração que altera o artigo 3.º desse diploma:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

Secretária: A proposta de alteração ao artigo 78.º, ponto 3 foi rejeitada com 23 votos do PSD, 23 do PS, 5 do Chega, 2 do CDS, 1 do PPM e 1 do IL.

A favor: 1 voto do BE e 1 do PAN.

Presidente: Vamos agora votar a proposta de alteração que o Bloco de Esquerda faz ao 10.º e o 11.º artigo do Decreto Legislativo Regional n.º8/2002/A.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

As Senhoras e os Senhores Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração ao artigo 10.º e 11.º foi rejeitada com 23 votos do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS, 1 do PPM e 1 do IL.

A favor: 1 voto do BE e 1 do PAN.

Abstenção: 23 do PS.

Presidente: Vamos votar o artigo 78.º do diploma:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo 78.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 79.º:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

O Senhor Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo 79.º foi aprovado com 23 votos do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS, 1 do PPM e 1 do IL.

Abstenção: 1 voto do BE.

Contra: 23 do PS.

Presidente: Podemos votar então os três últimos artigos em conjunto?

(Pausa)

Estão à votação, os artigos 80.º, 81.º e 82.º:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos 80.º, 81.º e 82.º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Muito bem. Naturalmente que os mapas depois serão conformados, conforme as propostas de alteração que foram aprovadas.

Vamos fazer a votação final global.

Votação final global do Decreto Legislativo Regional n.º 4/XIII - Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2024:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

As Senhoras e os Senhores Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: Em votação final global a proposta do Decreto Legislativo Regional n.º 4/XIII - Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2024, foi aprovada com maioria, com 23 votos a favor do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS, 1 do PPM.

Contra: 1 voto do BE.

Abstenção: 23 votos do PS, 1 da IL e 1 do PAN.

Presidente: Muito bem, terminamos esta maratona.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Senhora Deputada Andreia Cardoso para uma declaração de voto, faça favor, tem a palavra.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

É para informar que, pese embora, o Partido Socialista tenha ontem na declaração final apresentado justificação e o sentido de voto para cada uma das propostas agora em discussão, apresentaremos, mesmo assim, uma declaração de voto escrita para cada um dos diplomas agora aprovados.

Obrigada.

Presidente: Obrigado, Senhora Deputada.

Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto?

(Pausa)

Parecendo não haver, vamos avançar na nossa agenda.

Vamos para o ponto 4 - Relatório sobre a verificação de impedimentos e incompatibilidades do Senhor Deputado Francisco Gabriel Menezes Lima.

O relatório foi elaborado pela Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e foi distribuído às senhoras e os senhores deputados. Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Não havendo, vamos votar o relatório:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O relatório foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos passar ao ponto 5 da nossa agenda - Eleição do representante da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores na

Comissão de Análise e Acompanhamento do Programa Regional de Apoio à Comunicação Social Privada, mais conhecida por Promédia.

Deu entrada na Mesa uma candidatura do Senhor Deputado Paulo Simões, subscrita com o seu termo de aceitação e subscrita por várias senhoras e senhores deputados e, portanto, vamos proceder à votação.

Pedia aos serviços que distribuíssem os boletins.

(Pausa)

Estamos em condições de iniciar a chamada?

(Pausa)

Senhor Secretário, faça favor.

Secretário: Obrigado, Senhor Presidente.

(Após a distribuição dos boletins de voto, o Sr. Secretário da Mesa procedeu à chamada dos Srs. Deputados)

Partido Social Democrata (PSD)

Adolfo Nuno Gregório **Vasconcelos**

Ana Maria dos Santos Silva e **Jorge**

Carlos Henrique Lopes **Rodrigues**

Cecília Maria Soares **Estácio**

Délia Maria **Melo**

Flávio da Silva **Soares**

Francisco Manuel Raposo **Gaspar**

Jaime Luis Melo Vieira

João Luis Bruto Costa Machado da Costa

José Joaquim Ferreira Machado

José António Marcos Soares

José Manuel Resendes Leal

Luís Carlos Correia Garcia

Luís Miguel Teixeira Raposo

Luís Carlos Cota Soares

Nídia Manuela de Sousa Lopes Inácio

Paulo Rui Paiva Ferreira Chaves

Paulo Duarte Gomes

Paulo Alberto Bettencourt da Silveira

Paulo José da Cunha Simões

Rúben Filipe Rebelo Cabral

Sabrina Marília Coutinho Furtado

Maria Salomé Dias de Matos

Partido Socialista (PS)

André Filipe Franqueira Rodrigues

Andreia Martins Cardoso da Costa

Berto José Branco Messias

Carlos Emanuel Rego Silva

Dora Maria Coelho de Castro e Câmara Freitas Valadão

Gualberto Costa Rita

Maria Isabel Góis Teixeira

Joana Sousa Pombo Tavares

João Fernando Brum de Azevedo e Castro

João Vasco do Monte Ferreira Pereira da **Costa**
José Manuel Gregório de **Ávila**
José Gabriel Freitas **Eduardo**
José **Miguel** de Freitas **Toste**
Lubélio de Fraga **Mendonça**
Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**
Luís Miguel Vieira **Leal**
Mário José Dinis **Tomé**
Marlene Andrea Martins Oliveira **Damião** de Medeiros
Marta **Ávila** de **Matos**
Patrícia Maria Melo **Miranda**
Russell Michael **Sousa**
Sandra Micaela **Costa** **Dias**
Vasco Ilídio Alves **Cordeiro**

Chega (CH)

Francisco Gabriel Meneses de **Lima**
Hélia Maria Pinheiro **Cardoso**
José Eduardo da Cunha **Pacheco**
José Paulo Machado de **Sousa**
Olivéria de Lurdes Cabral dos **Santos**

Partido Popular (CDS/PP)

Catarina de Oliveira **Cabeceiras**
Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira **Pinto**

Partido Popular Monárquico (PPM)

João António Mendes de **Mendonça**

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo **Lima**

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto **Barata** Almeida Sousa

Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente **Neves**

Presidente: Estamos a terminar a votação, se alguma senhora ou senhor deputado quiser acompanhar a contagem de votos, faça o favor de se juntar.

(Pausa)

Senhoras e Senhores Deputados, a Senhora Secretária vai anunciar o resultado da votação.

Secretária: O representante da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores na Comissão de Análise e Acompanhamento do Programa Regional de Apoio à Comunicação Social Privada, o Deputado Paulo José da Cunha Simões, teve 40 e votos sim; 15 não e 2 abstenções.

Presidente: Portanto, está eleito o Senhor Deputado Paulo Simões para esta Comissão. Bom trabalho.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de maio:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de deliberação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado.

Estão encerrados os nossos trabalhos.

Obrigado a todos pela vossa colaboração.

Bom fim de semana, bom Espírito Santo.

Eram 16 horas e 11 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Declaração de voto

As últimas semanas foram marcadas pelas consequências da inoperacionalidade do Hospital do Divino Espírito Santo (HDES), fruto do incêndio que deflagrou numa área técnica daquela unidade hospitalar no passado dia 4 de maio, e pelo impacto dessa tragédia no funcionamento do Serviço Regional de Saúde.

Cientes dessa situação, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista (GPPS) acompanhou, desde a primeira hora, o desenrolar da ocorrência; visitou as instituições mais diretamente envolvidas e afetadas pela reorganização, necessariamente imposta, ao Serviço Regional de Saúde. Para o GPPS, foi

fundamental perceber e aprofundar o conhecimento sobre o real impacto desta situação, tendo manifestado desde o primeiro momento total disponibilidade para ser parte da solução.

Apesar das acusações de alarmismo, o GPPS não abdicou, nem abdicará, do acompanhamento desta situação, por isso, exigiu e exigirá sempre, que tal for necessário, as informações que entender úteis ao cabal esclarecimento desta ou de qualquer outra situação que impacte diretamente na vida daqueles que nos elegeram.

Face ao exposto sobre o nosso entendimento a propósito da situação de calamidade que vivemos atualmente na Região, o GPPS é, como sempre disse, parte da solução.

Por isso, acompanhámos as propostas de alteração apresentadas pelos partidos da coligação sobre a recuperação do HDES, votando a favor das mesmas.

Com isso, o Partido Socialista garante que o Governo Regional terá o enquadramento orçamental da receita e despesa que ele próprio considera necessário e adequado para efeito da recuperação dos estragos causados pelo incêndio no HDES.

De acordo com a informação prestada pelo Governo Regional são necessários, em 2024, cerca de 25 milhões de euros para efetivar essa normalização.

Nesse sentido, para além de acompanhar as propostas de alteração apresentadas, o PS propôs, igualmente, uma alteração ao Orçamento da Região Autónoma dos Açores.

Essa proposta assegurou que os recursos destinados a esse fim serão efetiva e, exclusivamente, utilizados para a recuperação do HDES e para os custos extraordinários ao funcionamento do Serviço Regional de Saúde, decorrentes da inoperacionalidade daquela infraestrutura.

Apesar das sucessivas tentativas de condicionar e constranger o sentido de voto dos partidos representados no Parlamento a coberto de pedidos de solidariedade para com o Governo e de responsabilidade nesta conjuntura, o PS/Açores não prescindiu de fiscalizar, criticar e apresentar alternativas.

Essa atitude mereceu denúncia e repúdio, desde logo, porque, da parte do PS a nossa responsabilidade e solidariedade são para com os Açores e os Açorianos. Este inqualificável aproveitamento político mereceu denúncia e repúdio, porque não podia passar em branco, nem podia passar incólume a hipocrisia política, a demagogia e o cinismo que ele traduziu por parte do Governo e dos partidos da coligação.

Relembremos, que no início de outubro de 2019, os Açores foram assolados pelo Furacão Lorenzo.

Cerca de um mês e meio depois já estavam contabilizados prejuízos de mais de 300 milhões de euros por todas as ilhas da Região, estava o Parlamento dos Açores a discutir e votar o Plano e Orçamento para 2020.

Nessa altura, os mesmos que agora clamaram pela solidariedade do PS, não tiveram a mesma preocupação. PSD e PPM votaram contra o Plano e Orçamento para 2020, votaram contra por causa do PS, apesar do interesse dos Açores e dos Açorianos.

Agora, o PS absteve-se na votação, por causa do interesse dos Açores e dos Açorianos e para garantir a rápida recuperação do HDES, apesar das limitações dos documentos apresentados pelo Governo do PSD, do CDS e do PPM.

Por tudo isto, o PS absteve-se na votação do Plano e do Orçamento para 2024, assegurando, assim, que o Governo Regional disponha de todos os meios necessários para concretizar a recuperação dos danos causados na infraestrutura do HDES e para a resolução das restrições à sua operacionalidade.

Para além do Plano e Orçamento para 2024 foram votadas as Orientações de Médio Prazo 2024-2028. O GPPS também votou a favor das propostas de alteração, apresentadas pela coligação, a este documento e que se destinam a colmatar a necessidade de despesa e investimento público no HDES, num “horizonte temporal alargado”.

Todavia, o GPPS manifestou discordância quanto à estratégia contida neste documento, porque agudiza a situação de fragilidade das contas públicas, desconsidera as dificuldades persistentes de convergência da riqueza gerada, ignora os desafios demográficos e de envelhecimento, continua sem atender às baixas qualificações, sacode para debaixo do tapete o agravamento da pobreza e das desigualdades sociais e menospreza a sobrelotação habitacional e as dificuldades de acesso a uma habitação condigna.

O GPPS entendeu, e entende, que as dificuldades estruturais que mencionámos têm lugar apenas no diagnóstico da situação nas primeiras páginas do documento, mas não têm qualquer correspondência na ação prospetivada a médio prazo e muito menos na ação passada.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, não pôde, por isso, acompanhar a proposta apresentada, tendo votado contra.

De resto, o PS sabe muito bem qual é o espaço que ocupa e o papel que lhe cabe. Assim nos vamos manter atentos e vigilantes, assumindo sempre que estaremos do lado das soluções e não do lado dos problemas. Porém, não abdicaremos nunca de evidenciar as diferenças, que nos separam. São muitas, tal como nos parece ter ficado claramente evidenciado no debate destes documentos.

Horta, 24 de maio de 2024.

Os Deputados Regionais: Andreia Cardoso, Carlos Silva e Joana Pombo.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

José Joaquim Ferreira Machado

Documentos entrados

1-Proposta de Decreto Legislativo Regional:

N.º 5/XIII –

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIIEPpDLR005.pdf>

Assunto: Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 6/2022/A, de 22 de março, pelo qual foi criado o Instituto do Vinho e da Vinha dos Açores, IPRA, abreviadamente designado por IVV Açores, IPRA

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 05 – 15

Comissão: Economia

Limite de parecer: 2024 – 07 – 01.

2-Resposta a Requerimento:

Assunto: Esclarecimentos relativos à demissão do presidente da USI dos demais cargos para os quais se encontra nomeado pelo Governo dos Açores

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 05 – 22

Referência: 54.02.00 – N.º 32/XIII.

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp32.pdf

3- Informações:

Assunto: Ofício n.º 063/2024 remetendo a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o Requerimento de declaração de inconstitucionalidade do Decreto Legislativo Regional n.º 8/2020/A - Proc. n.º 378/2024, 2.ª Secção - fiscalização sucessiva

Proveniência: José João Abrantes, Meritíssimo Juiz Presidente do Tribunal Constitucional

Data de Entrada: 2024 – 05 – 17;

Assunto: Ofício a solicitar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a prorrogação de prazo para emissão de parecer, até 21 de junho de 2024, da Petição n.º 60/XII - O desenvolvimento turístico desequilibrado e a especulação imobiliária insustentável nos Açores e na ilha do Pico

Proveniência: Paulo Simões, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2024 – 05 – 21;

Assunto: Ofício a solicitar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a prorrogação de prazo para emissão de parecer, até 30 de junho de 2024, do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 9/XIII - Programa de apoio aos estudantes do ensino superior e ensino superior técnico profissional dos Açores

Proveniência: Sandra Costa Dias, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2024 – 05 – 22.

4- Relatórios:

Assunto: Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2024 – 05– 21;

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI19583.pdf

Assunto: Sobre o Projeto de Lei n.º 9/XVI/1 (PAN) – Reduz o número de círculos eleitorais e cria um círculo nacional de compensação no âmbito das eleições para a Assembleia da República, por forma a assegurar uma maior conversão dos votos em mandatos e evitar a existência de “votos desperdiçados”, alterando a Lei Eleitoral para a Assembleia da República - Audição n.º 2/XIII - AR

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2024 – 05 – 21;

Assunto: Sobre o Projeto de Lei n.º 10/XVI/1.^a (BE) – Cria o círculo de compensação do território nacional na eleição para a Assembleia da República (alteração à Lei 14/79, de 16 de maio) - Audição n.º 3/XIII - AR

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2024 – 05 – 21;

Assunto: Sobre o Projeto de Lei n.º 20/XVI/1.^a (L) – Revê a lei eleitoral consagrando um círculo nacional de compensação nas eleições para a Assembleia da República - Audição n.º 4/XIII - AR

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2024 – 05 – 21;

Assunto: Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2024 – 05 – 21

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI19574.pdf

5- Diários:

Consideram-se aprovados nesta Sessão Plenária os Diários n.^{os} 3, 6, 7, 8 e 9/XIII e as Separatas n.^{os} 1, 2, 3, 4, 5 e 6/XIII.

A redatora, *Sara Azevedo*